

ÍNDICE

	Pág.
1 SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2 INTRODUÇÃO	8
3 ENQUADRAMENTO	11
3.1. ARQUITECTURA E URBANISMO	11
3.2. ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS	13
3.3. O PROGRAMA POLIS NA COVILHÃ	18
3.3.1 PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DA COVILHÃ	18
3.3.2 PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA COVILHÃ	22
4 ESTRATÉGIA DA INTERVENÇÃO	23
4.1. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA SÓCIO-ECONÓMICA E AMBIENTAL DE COVILHÃ NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL	23
4.2. OBJECTIVOS DA INTERVENÇÃO	30
5 CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO	33
5.1. OS GRANDES EIXOS DA INTERVENÇÃO	33
5.2. DESCRIÇÃO DAS ACÇÕES	37
5.2.1. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO	37
5.2.2. PLANOS DE PORMENOR	38
5.2.3. PROJECTOS E OBRAS	40
5.2.3.1 ENQUADRAMENTO DOS PROJECTOS E OBRAS	40
5.2.3.2 DESCRIÇÃO DOS PROJECTOS E OBRAS	44
5.2.4. INTERVENÇÕES EXECUTADAS OU EM CURSO	54
5.2.5. ACÇÕES MINIMIZADORAS DO IMPACTO DAS OBRAS	58
5.2.6. ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO	60
5.2.7. PLANO DE TRANSFERÊNCIA PARA A AUTARQUIA	61
5.3. AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS EFEITOS ESPERADOS DA INTERVENÇÃO	62
6 ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO DA INTERVENÇÃO	63
7 ENGENHARIA FINANCEIRA PROPOSTA / COORDENAÇÃO COM O QCA III	73
7.1. PRESSUPOSTOS DE BASE	73
7.2. O FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	73
7.2.1. NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO AMBIENTE	74
7.2.2. NO CONTEXTO DO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO – EIXO PRIORITÁRIO 2	74
7.2.3. NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO – EIXO PRIORITÁRIO 3	75
7.3. O PLANO DE FINANCIAMENTO GLOBAL DA INTERVENÇÃO	76
8 PLANEAMENTO FÍSICO PREVISIONAL DA INTERVENÇÃO	83
9 PEÇAS DESENHADAS	93

ANEXOS:

ANEXO 1: Inventário do Património Industrial da Cidade da Covilhã
(Trabalho desenvolvido pelo IPPAR / UBI)

ANEXO 2: Plano Director Municipal da Covilhã
Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/99, de 23 de Outubro

Carta da Reserva Agrícola Nacional (RAN) relativa ao município da Covilhã
Portaria n.º 166/93, de 11 de Fevereiro

Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) no município da Covilhã
Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/98, de 04 de Agosto

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

A intervenção do Programa Polis na cidade da Covilhã abrange os vales das ribeiras da Carpinteira e da Goldra, promovendo um projecto de requalificação paisagística e urbana destas ribeiras, através do desenvolvimento do Plano de Pormenor da Carpinteira (128,2 ha) e do Plano de Pormenor da Goldra (47,6 ha).

A intervenção compreende acções de melhoria da paisagem dos vales, bem como acções de reabilitação das ribeiras, nomeadamente a construção de ecossistemas auto-regeneradores, a construção de “parques lineares” como a Mata da Fonte Santa e o Passeio das Ramolas do Sol, a construção de jardins e parques como o Rossio da Ponte do Rato, o Parque da Goldra, o Jardim do Lago, o Jardim do Museu da Cidade e o Jardim “Martir in Colo” e o enquadramento e valorização paisagística de edifícios e conjuntos, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, da zona verde na encosta das escadas rolantes, da remodelação do Largo de Infanteria 21, da remodelação do Jardim Público, do enquadramento a montante da antiga Fábrica António Estrela, da valorização cénica urbana do património industrial (ruína da Fábrica dos Cruzes) e da iluminação cénica urbana da ponte do comboio sobre o vale da ribeira da Carpinteira.

No que refere ao ambiente urbano preconizam-se acções de reordenamento da estrutura urbana e consolidação do tecido edificado, de enquadramento paisagístico, de recuperação do património industrial, de recuperação e reutilização de edifícios existentes, de melhoria da rede viária e criação de estacionamentos, bem como a criação de novas vias pedonais de articulação entre as duas margens das ribeiras e destas com o tecido urbano. Neste âmbito estão previstas intervenções na via a montante da Ponte do Rato, na rotunda da Ponte do Rato e na via do Parque da Goldra, a criação de parqueamento automóvel como o silo da Fonte Santa, o silo do Parque da Goldra, o estacionamento sob a via do Parque da Goldra e estacionamentos junto ao Jardim do Lago, Jardim da Carpinteira e Nova Penteação, e a construção de cinco pontes pedonais e de escadas mecânicas de acesso da ribeira da Goldra ao centro da cidade.

Prevê-se ainda a construção de um Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental que, para além de desenvolver acções de sensibilização ambiental, possibilite o acompanhamento contínuo dos diversos indicadores ambientais.

A partir das intervenções previstas no Programa Polis para a cidade da Covilhã, julga-se que poderão ser conseguidos os objectivos preconizados pelo Programa, isto é, a requalificação urbana e a valorização ambiental da cidade. Reforçar a sua importância como cidade média, no sistema urbano regional e nacional e promover os conceitos de cidade verde, do conhecimento e intergeracional.

Neste conjunto de acções de valorização ambiental e requalificação urbana será investido pelo Programa um montante global, excluindo o IVA, de cerca de 6,2 milhões de contos, dos quais aproximadamente 0,9 milhões de contos constituirão investimento da Administração Central e 0,6 mais 1,1 milhões de contos constituirão investimento da Autarquia, valores a que acrescerá ainda o montante correspondente aos Honorários da Prestação de Serviços de Gestão e Coordenação da Intervenção.

Nestes valores incluem-se os valores necessários para compras ou expropriações e realojamentos necessários à concretização do Programa, valores esses fornecidos pela Câmara Municipal da Covilhã face ao conhecimento deste tipo de acção no local. Durante o desenvolvimento do Programa os valores acima dos referenciados serão suportados pela Câmara Municipal da Covilhã.

Consideram-se acções complementares as intervenções que, sendo importantes para a concretização imediata do Programa Polis, dependem no entanto de financiamentos provenientes de outras entidades públicas e/ou privadas.

Como exemplo de acções complementares destacam-se as seguintes intervenções:

- Construção de “parques lineares” como as alamedas ribeirinhas do troço rural das ribeiras da Carpinteira e da Goldra e a montante da Fábrica Tavares e Pimentel;
- Melhoria da paisagem dos vales com a limpeza e desmatação de espécies infestantes, a implementação de percursos vicinais da várzea da ribeira da Carpinteira e a limpeza dos lixos das ribeiras da Goldra e da Carpinteira;
- Construção de parques de estacionamento em frente à Nova Penteação;
- Reestruturação viária com a construção da via do Jardim do Lago e da via da Fábrica António Maria das Neves;
- Recuperação do património industrial como promoção do espaço público – Fábrica Manuel Conde (antiga Fábrica António Estrela);
- Reabilitação do tecido urbano com o melhoramento de conjuntos de habitação a jusante da UBI, a montante da Fábrica dos Cruzes, a montante e jusante da Fábrica Tavares e Pimentel;
- Demolição de edifícios existentes como a Fábrica Alçada Rosa, a Fábrica Armando Martins, a Fábrica Manuel Lourenço e o corpo sul da Fábrica Campos Mello e ainda outros na área da Ponte do Rato;
- Relocalização de indústrias Fábrica Manuel Conde (antiga Fábrica António Estrela);

- Elaboração de projecto para o conjunto Fabril Charro Pereira.

São ainda mencionadas “outras acções/intervenções” que dependem de financiamentos provenientes de outras entidades públicas e/ou privadas.

Neste âmbito o destaque vai para a construção dos emissários para despoluição das ribeiras, acção prioritária e fundamental para o desenvolvimento e concretização do Programa Polis na Covilhã.

Pretende-se aproveitar o momento e as sinergias criadas pelas demais intervenções de requalificação e valorização do Programa Polis para executar, “em simultâneo” e de forma coordenada, outras acções não financiadas pelo Programa e que são essenciais para complementar os objectivos traçados pela Intervenção.

São disso exemplo:

- Construção de emissários para a despoluição das ribeiras;
- Construção da ETAR;
- Instalação de ecopontos e do ecocentro.

Em termos globais, o investimento total previsto, integrando não só as intervenções apoiadas directamente pelo Programa Polis, mas também as atrás mencionadas, é de cerca de 8,6 milhões de contos (sem IVA).

A proposta de plano de financiamento para a Intervenção da Covilhã teve em consideração a metodologia definida sobre a matéria no quadro do Programa Polis, assumindo-se, no entanto, com carácter indicativo, carecendo, em articulação com o Gabinete Coordenador do Programa Polis, de aferição da viabilidade das fontes de financiamento e, em particular, das relativas a meios comunitários, e dos respectivos montantes financeiros apontados.

Na elaboração do quadro de financiamento da Operação consideraram-se os seguintes pressupostos:

- As acções de valorização ambiental e reestruturação urbana serão financiadas por financiamentos comunitários do actual Quadro Comunitário de Apoio (QCAIII), a mobilizar, preferencialmente, através do Programa Operacional do Ambiente e do Programa Operacional da Região Centro – Eixos 2 e 3 -, sendo a contrapartida nacional assegurada pela Câmara Municipal da Covilhã, pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e por autofinanciamento gerado por algumas das acções envolvidas (nomeadamente Parques de Estacionamento).

- Dado o elevado investimento necessário efectuar, a Câmara Municipal da Covilhã assume o compromisso de afectar ao Programa as receitas geradas pela promoção de novas áreas de expansão urbana, de áreas de estacionamento automóvel e de equipamento mecânicos integrados em percursos pedonais (estimadas em 1.144,4 mil contos) e de procurar os meios financeiros que lhe permitam garantir o financiamento de um montante de despesa de cerca de 928 mil contos, no âmbito dos “Investimentos Complementares”.
- Para os “outros investimentos públicos”, previstos igualmente no âmbito da operação do Covilhã, considerou-se que o seu financiamento poderá envolver, também, a comparticipação da Administração Central e da Câmara Municipal da Covilhã e mesmo o contributo de fundos comunitários, mas exteriores ao Programa Polis, isto é, a canalizar por via dos Sectores a que respeitam os equipamentos colectivos aqui considerados.

Até Agosto de 2005 serão concluídas todas as obras apoiadas directa ou indirectamente pelo Programa Polis, nomeadamente:

- a) Tratamento das ribeiras da Goldra e da Carpinteira:
 - Plantação de matas ribeirinhas;
 - Construção de ecossistemas auto-regeneradores;
- b) Construção de parques lineares:
 - Mata da Fonte Santa;
 - Passeio das Ramolas do Sol;
- c) Construção de jardins e parques:
 - Rossio da Ponte do Rato;
 - Parque da Goldra;
 - Jardim do Lago;
 - Jardim do Museu da Cidade;
 - Jardim “Martir in Colo”;
 - Jardim da Carpinteira;
 - Miradouros em “testas de ponte”;
- d) Reestruturação viária:
 - Via a montante da Ponte do Rato;
 - Rotunda da Ponte do Rato;
 - Via do Parque da Goldra;
 - Via do Jardim da Carpinteira;
 - Alargamento do troço inferior da Calçada das Poldras e acesso ao TCT;
 - Via e ligação da Rua da Saudade / Rotunda do Rato;

- e) Construção de áreas de estacionamento automóvel:
 - Silo da Fonte Santa;
 - Silo-auto do Parque da Goldra;
 - Estacionamento sob a via do Parque da Goldra;
 - No Jardim da Carpinteira;
 - Estacionamento do Jardim do Lago;

- f) Construção de pontes e percursos pedonais:
 - Ponte de Cima e Ponte de Baixo na ribeira da Goldra;
 - Ponte da Nova Penteação na ribeira da Carpinteira;
 - Ponte do Meio e Ponte de Baixo na ribeira da Carpinteira;
 - Escadas mecânicas da Goldra;
 - Acompanhamento das escadas mecânicas;
 - Percursos de atravessamento do vale da Carpinteira com a criação de pequenas pontes;

- g) Enquadramento e valorização paisagística de edifícios e conjuntos:
 - Igreja de Nossa Senhora de Fátima;
 - Zona verde na encosta das escadas rolantes;
 - Remodelação do Largo de Infância 21;
 - Remodelação do Jardim Público;
 - Acções para estimular os usos agrícola dos solos;
 - Enquadramento e valorização paisagística da zona da Fábrica da Beira-Lã;
 - Enquadramento a montante da antiga Fábrica António Estrela;
 - Valorização cénica urbana do património industrial (ruína da Fábrica dos Cruzes) e da Ponte do Comboio sobre o vale da ribeira da Carpinteira;

- h) Demolição de edifícios existentes
 - Tinturaria Francisco Mendes Alçada;
 - Edifícios no local da Rotunda do Rato;
 - Edifícios no Parque da Goldra;
 - Edifícios do Sítio do Biribau;
 - Fábrica Fofinha;
 - Fábrica da Beira-Lã;
 - Edifícios a jusante da antiga Fábrica António Estrela;

- i) Sensibilização Ambiental / Comunicação
 - Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental;
 - Acções de comunicação e divulgação.

2 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Plano Estratégico da Intervenção Polis na Covilhã, elaborado na sequência da assinatura do Protocolo celebrado entre o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e a Câmara Municipal da Covilhã, e pretende objectivar as linhas de intervenção, delimitar a área e referenciar as acções a executar na Covilhã no âmbito do Programa Polis, identificando para cada uma as respectivas fontes de financiamento, tendo em consideração o quadro de elegibilidade das Medidas do QCA III e o seu potencial para gerar receitas próprias.

É o passo seguinte ao exposto no relatório de Março de 2000 do Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 47/A/MAOT/99 onde se estabelecem, entre outras definições, as linhas mestras do “Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades”. É também o seguimento natural das ambições da Autarquia integrando algumas orientações já estabelecidas e agora agilizadas num espaço temporal mais reduzido.

A zona de intervenção do Programa Polis na Covilhã, a desenvolver em dois Planos de Pormenor, corresponde aos vales das ribeiras da Goldra e da Carpinteira nos troços urbanos das mesmas.

A área de intervenção que abrange a ribeira da Goldra desenvolve-se numa faixa de largura variável, entre os 160 metros a montante, os 400 metros na zona do Cruzamento da Palmatória e os 100 metros no seu extremo a jusante.

É delimitada na sua margem norte, de montante para jusante, pela Fonte Santa, edifícios industriais, Pisão, Universidade da Beira Interior, calçadas da Fonte do Lameiro e de São Martinho, habitações das ruas Marquês d’Ávila e Bolama, Avenida 25 de Abril, Rua José Ramalho, Cidade do Fundão, Conde da Ericeira, cruza a linha de caminho-de-ferro e acompanha a ribeira atravessando diversas quintas.

A nascente pelo troço da variante à EN 18.

Na sua margem sul, e de montante para jusante, pela Fonte Santa, edifícios industriais, Rua Morais do Convento, estradas de Santo António e da Palmatória, acesso à cidade da Covilhã, escola E.B. 2 Pêro da Covilhã, Central de Camionagem, estrada do Aeródromo, linha de caminho-de-ferro e diversas quintas.

A área de intervenção que abrange a ribeira da Carpinteira, desenvolve-se numa faixa de largura variável, entre os 160 metros a montante, os 900 metros na zona da Quinta do Prado e os 100 metros no seu extremo a jusante.

É delimitada na sua margem norte, e de montante para jusante, por edifícios industriais, quintas do Prado e Sineiro, empresa Sete Fontes, ruas da Indústria e da Igreja, Bairro dos Penedos Altos, Estrada Municipal da Covilhã/Canhoso, Ponte de Flandres, linha de caminho-de-ferro, quintas do Prado, da Várzea e da Cabeça.

A nascente pelo troço da variante à EN 18.

Na sua margem sul, de montante para jusante, pela Estrada do Sineiro, edifícios industriais, habitacionais e públicos, Avenida Frei Heitor Pinto, Largo de Infantaria 21, Jardim Público, Rua Conde da Covilhã, Rua do Rodrigo, Rua Mateus Fernandes, Bairro do Rodrigo, linha de caminho-de-ferro, 4º troço do Eixo TCT, Adegas Cooperativas da Covilhã e Quinta da Várzea.

As diversas acções a desenvolver na Covilhã, no âmbito do Programa Polis, são entendidas como uma intervenção integrada de requalificação urbana, com uma forte componente de valorização ambiental que visa melhorar a qualidade do ambiente urbano nos vales das ribeiras e dotar esta área de instrumentos de gestão territorial que permitam não só a integração e sustentabilidade urbana das acções programadas, mas também a definição de critérios de crescimento urbano que garantam níveis adequados de qualidade urbana e ambiental à cidade.

Assim:

- No capítulo 3 fundamenta-se esta intervenção num enquadramento histórico do desenvolvimento urbano da cidade e dos objectivos expressos no PDM, justificando a oportunidade em face das acções iniciadas pela Autarquia na requalificação urbana e ambiental da cidade, com o desenvolvimento do Plano Estratégico para a Cidade da Covilhã e a contratação do Plano de Urbanização e dos Planos de Pormenor para as ribeiras da Goldra e da Carpinteira;
- No capítulo 4 aponta-se a estratégia da intervenção definindo e descrevendo os objectivos do Programa para a Covilhã, enquadrando o princípio de a tornar uma Cidade Verde, do Conhecimento e Intergeracional;
- No capítulo 5 descreve-se a intervenção na globalidade, caracterizando as várias acções a implementar para a concretização dos objectivos do Programa Polis na Covilhã;
- No capítulo 6 apresenta-se a estimativa de custos da intervenção detalhada nas várias acções previstas para a concretização do objectivo global;
- No capítulo 7 é proposta a engenharia financeira para a implementação do Programa Polis, considerando sempre a globalidade da intervenção com vista à optimização das várias fontes de financiamento quer comunitárias, quer da Administração Central e Autarquia ou ainda outras, de

terceiros, cuja mobilização se julgue fundamental para a concretização dos objectivos e da coerência do legado final do Programa Polis à cidade da Covilhã;

- No capítulo 8 expõe-se o planeamento físico previsional da intervenção, baseado na estratégia antes apontada, com vista à compatibilização das várias acções (planos, estudos, projectos, obras e comunicação) tanto no tempo como no espaço.

Este documento pretende constituir um guião para a intervenção na Covilhã, prevendo o âmbito do Programa Polis em todas as suas vertentes, desde os primeiros estudos até ao evento que marcará o fecho dos trabalhos. Aponta caminhos complementares com outras intervenções que, não sendo o seu objectivo primeiro, farão inevitavelmente parte do conjunto, definindo a intervenção, não como um mero acto da Administração Central ou Autárquica, mas como um exemplo de compatibilização dos esforços de todos quantos contribuem para a dinamização do tecido urbano nacional.

3 ENQUADRAMENTO

3.1. ARQUITECTURA E URBANISMO

A cidade da Covilhã, localizada na encosta da Serra da Estrela, encontra-se rodeada pelas ribeiras da Carpinteira e da Goldra. A Cova da Beira e o rio Zêzere, embora localizados na zona baixa, influenciaram o seu desenvolvimento ao longo dos tempos.

A navegabilidade do rio Zêzere permitiu que outros povos, antes dos Romanos, se instalassem nesta região devido às boas condições de subsistência encontradas. São disso exemplo os castros (postos de defesa) existentes na zona norte do concelho.

Após as lutas com os Lusitanos, os Romanos instalam-se na região deixando vários vestígios da sua presença, como é o caso das vias de ligação romanas na periferia da cidade e um antigo balneário romano nas Terras de Unhais da Serra.

A importância da Covilhã como posto fronteiriço foi confirmada pela Carta de Foral que D. Sancho I lhe concedeu em 1186. Capital do reino durante o período da Reconquista, foi conquistada e reconquistada várias vezes, chegando os mouros a destruí-la quase por completo. Após este período de guerra houve a necessidade de se proceder a uma organização económica, que passou pelo incentivo comercial através da implementação de uma feira anual. Foi neste enquadramento que a indústria artesanal de lanifícios também se ia desenvolvendo.

Em 1510, D. Manuel I concede o segundo foral (Foral Novo) à Covilhã, que era já uma vila em pleno crescimento populacional e económico, principalmente na agricultura, pastorícia, fruticultura, floresta e lanifícios, quando surge o Renascimento.

Devido à sua localização, numa zona com numerosos cursos de água, a cidade mostrou possuir um ambiente privilegiado para a instalação de indústrias de manufactura de panos. Ao longo da extensão das ribeiras concentraram-se diversos engenhos e fábricas que tornaram a cidade da Covilhã conhecida como o centro da indústria têxtil do país.

Até 1677, quando se fundou junto à ribeira da Carpinteira a Fábrica Conde da Ericeira, apenas existia uma indústria manufactureira artesanal ou oficial, que terá tomado incremento depois das descobertas marítimas. Esta Fábrica d'El Rei foi considerada a melhor do país, e nela se fabricaram os primeiros padrões destinados às outras fábricas do reino.

No ano de 1763, o Marquês de Pombal ordenou a construção, na ribeira da Goldra, da Real Fábrica de Panos da Covilhã, Fundão e Portalegre, que se tornaria o motor do desenvolvimento de toda a indústria de lanifícios da região.

A marca da importância industrial da Covilhã vê-se no património industrial existente nos vales das ribeiras e que é único no país. No sentido de valorização desta componente, o IPPAR e a UBI estão a efectuar um inventário do Património Industrial da cidade da Covilhã. Até ao momento está realizado o levantamento, a identificação e o registo cartográfico das evidências de campos industriais, bem como a sistematização histórica e arquitectónica de alguns dos edifícios e equipamentos fabris.

Para a zona de intervenção do Programa identificam-se as unidades industriais ou equipamento tecnológico que se consideram, nesta fase, dever ser salvaguardados. É referida ainda a necessidade de acompanhamento das acções de requalificação urbana e paisagística inerentes às operações previstas para as margens e encostas das ribeiras, tendo em atenção a reabilitação de património difuso, disperso ou de vizinhança.

As duas ribeiras, que se tornaram fontes geradoras de riqueza por propiciarem a instalação de tão importante indústria nacional, acabaram por se tornar vítimas desta ao verem as suas águas poluídas por produtos e efluentes originários das várias fábricas que se foram instalando ao longo do seu percurso, mas que nunca procuraram utilizar técnicas de tratamento dos seus efluentes.

A progressiva degradação da qualidade da água destas ribeiras, bem como dos respectivos leitos e margens, afecta a qualidade de vida da área urbana da cidade e é a causa potenciadora do afastamento da população das áreas ribeirinhas.

A cidade apresenta um alto nível de consolidação da sua malha urbana. O núcleo antigo implanta-se na encosta nascente de formação montanhosa, tendo a cidade crescido para norte e para sul. As características morfológicas do suporte físico determinam o recorte peculiar do perímetro urbano.

O Plano Director Municipal de 23 de Outubro de 1999 (RCM n.º 124/99) é o instrumento definidor das linhas gerais da política de ordenamento físico e de gestão urbanística de todo o território municipal.

O Plano Estratégico da cidade da Covilhã assume-se como um instrumento programático e de intervenção, definidor de uma gestão integrada para a área Territorial da Grande Covilhã.

A intervenção Polis na Covilhã surge como uma continuidade natural do processo iniciado pela Autarquia na requalificação urbana e ambiental da cidade.

A intervenção definida para o Programa Polis é compatível com o estipulado no PDM, tendo em consideração os ajustamentos a propor em sede de aprovação dos Planos de Pormenor em desenvolvimento para as ribeiras da Goldra e da Carpinteira.

3.2. ANTECEDENTES DO PROGRAMA POLIS

(Fonte: Relatório de Março/2000 produzido pelo Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 47/A/MAOT/99)

(...) *“A temática da requalificação urbana e valorização ambiental de cidades tem vindo a merecer uma atenção crescente nos últimos anos em Portugal”* a partir do segundo Plano de Desenvolvimento Regional (MPAT 1993), *“que trouxe a esta área um avanço conceptual muito significativo”* dando origem, *“pela primeira vez, a uma Intervenção Operacional dedicada ao “Ambiente e Revitalização Urbana”,* até ao Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) que vem também trazer *“um valor acrescentado muito significativo à reflexão sobre o papel das cidades no processo de desenvolvimento em Portugal”* tendo como uma das *“ideias fundamentais”* a de que *“Os sistemas urbanos territoriais devem ser assumidos como o elemento estratégico do desenvolvimento, enquanto forma de organizar a concentração, de promover economias de aglomeração, de consolidar factores (avanzados) de competitividade e de mobilizar os espaços de influência das cidades”.*

(...) *“Estas reflexões do PNDES exprimem aquilo que pode ser considerada a matriz primordial do Programa Cidades e espelham algumas das suas opções fundamentais. O terceiro PDR (MEPAT 1999), relativo ao período 2000 - 2006, vem consagrar estas orientações e criar condições para realizar um programa ambicioso em matéria de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades.(...) Entre as orientações estratégicas deste PDR, no que respeita ao ordenamento do território e ao ambiente, constam, entre outras, as seguintes:*

- *Criação de novas centralidades urbanas no interior das áreas metropolitanas;*
- *Reconstrução e requalificação urbanas, bem como qualificação ambiental dos espaços urbanos e valorização de factores geradores de novas identidades;*
- *Reforço e consolidação de um sistema urbano equilibrado em termos nacionais, baseado na rede das cidades de média dimensão, que assegure qualidade de vida e condições ambientais.*

Em consonância com estas orientações, a problemática urbana é abordada em diversas instâncias do PDR, nomeadamente na Intervenção Operacional do Ambiente, em que a “Melhoria do ambiente urbano” constitui um dos eixos da valorização do território, nas Intervenções Operacionais Regionais do

Continente, especialmente nas Acções Integradas de Base Territorial, em que a "Qualificação e Competitividade das Cidades Médias" constitui uma das principais orientações estratégicas, ou nas Intervenções desconcentradas regionalmente, em que a temática da requalificação urbana está também presente.

A temática das cidades é suficientemente ampla e complexa para não se esgotar nas intervenções que a referem de forma explícita. Com efeito, muitas intervenções de índole sectorial são relevantes para os processos de requalificação urbana ou são susceptíveis de gerar sinergias com esses processos. É o caso da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes em que se torna claro o papel destas políticas sectoriais para o "reforço do sistema urbano e sua capacidade atractiva e competitiva" e para a "melhoria da qualidade de vida nas zonas urbanas", ou das muitas iniciativas na área da economia, com especial destaque para o comércio, ou da cultura, onde as políticas relativas a museus e salas de espectáculo e as intervenções de valorização do património histórico em meio urbano são especialmente relevantes.

A importância de concretizar uma política audaciosa e promover uma concentração de esforços para requalificar as cidades, melhorar a sua competitividade, reforçar o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, está assim plenamente reconhecida e assumida. Uma das recomendações de um importante estudo sobre o Sistema Urbano Nacional (DGOTDU 1997), promovido pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, é a de que "é preciso passar além da fase da experimentação em matéria de políticas urbanas e consagrá-las como pilares das novas políticas regionais e de ordenamento do território".

Este é o principal objectivo do Programa Polis, lançado oficialmente em 14 de Abril de 2000, que virá dar um contributo significativo, fortemente ancorado em preocupações ambientais, a algumas das questões que hoje se colocam em matéria de estruturação do sistema urbano nacional e desenvolvimento sustentável das cidades através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental. O Programa Polis (...) "pretende desenvolver um conjunto de intervenções consideradas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre Governo e Câmaras Municipais, que possam servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais.

Assim, o Programa Polis tem por principais objectivos específicos:

- *Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;*

- *Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multi-funcionalidade desses centros;*
- *Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;*
- *Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.*

Os principais problemas das nossas cidades são bem conhecidos. As questões urbanísticas e ambientais entrecruzam-se de uma forma quase indissociável. Muitos desses problemas estão ligados ao que pode ser caracterizado como um "urbanismo expansivo" que tem prevalecido no País. Reproduz-se a seguir uma síntese muito incisiva desses problemas apresentada por Félix Ribeiro (1999):

- *Esvaziamento da função residencial dos centros históricos, que atravessam em muitos casos processos paralelos de "terciarização", de desertificação, de abandono e degradação;*
- *Processo acelerado de degradação de património edificado, em vastas zonas do "casco" urbano, nas periferias mais antigas e nos bairros sociais associado à inexistência de estímulos de mercado à reabilitação urbana (...);*
- *Intensificação das extensões suburbanas, muitas vezes realizadas de modo caótico, desprovidas, ou com deficiência, de infra-estruturas técnicas e sociais e com fracas condições de vivência urbana;*
- *Segmentação etária do espaço das Grande Lisboa e do Grande Porto, com os "centros" destas grandes áreas urbanas a envelhecerem acentuadamente, e as novas gerações a serem deslocadas para "coroas suburbanas" cada vez mais distantes;*
- *Crescente congestionamento do trânsito, associado, pelo menos em parte, ao crescimento dos movimentos pendulares habitação-emprego;*

- *Degradação acelerada da paisagem urbana, com destaque para a escassez de espaços verdes e de espaços públicos, atrofiados pela dinâmica de construção compacta, ou desvirtuados pelo uso crescente do transporte privado.*

O documento referido centra os grandes desafios a que é necessário fazer face, em torno de quatro grandes desígnios emblemáticos: Cidades Verdes, Cidades Digitais, Cidades do Conhecimento e do Entretenimento e Cidades Intergeneracionais.

Por Cidades Verdes entendem-se as cidades que não apenas resolveram os seus problemas de infraestruturação ambiental básica (água, esgoto, resíduos), mas que também ousam atribuir ao ambiente um papel essencial no processo de requalificação urbana, nomeadamente através do reordenamento do trânsito e da criação de novas formas de mobilidade, da criação de espaços públicos de qualidade, da valorização de “âncoras” ambientais como linhas de água ou frentes de mar. Das cidades verdes exige-se também que caminhem no sentido de uma gestão ambiental exemplar, inserida numa estratégia de sustentabilidade e que minimize aquilo que hoje se designa por “pegada ecológica”.

Por Cidades Digitais entendem-se as cidades que não dispõem apenas de bons serviços de comunicação digital, mas em que se fomenta também a cultura da sua utilização para todos os fins, nomeadamente comerciais, escolares, culturais, lúdicos, e de participação cívica. Abre-se assim caminho para favorecer a sua inserção, e a inserção dos seus cidadãos, num espaço mais “desterritorializado” e mais consentâneo com os novos desafios das sociedades contemporâneas.

Por Cidades do Conhecimento e do Entretenimento entendem-se cidades dotadas de infraestruturas científicas e tecnológicas, de espaços culturais e de aprendizagem artística, de infra-estruturas de diversão, para além de estabelecimentos de ensino a todos os níveis capazes de atrair, formar e fixar uma população jovem e apetrechada para dar um novo fôlego à vida económica e cultural das cidades portuguesas. O conhecimento e o entretenimento estão nas fronteiras de uma nova economia em que as cidades portuguesas se têm de posicionar como pólos de criação e aglutinação.

Por Cidades Intergeneracionais entendem-se as cidades que têm a preocupação de evitar a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários ou sociais, recentrando a vida da urbe, atribuindo novas funcionalidades aos centros históricos, e promovendo a requalificação urbana e a reabilitação habitacional dos “cascos históricos” de forma a reabri-los às novas gerações. A riqueza e diversidade da vida urbana precisa basear-se no “interclassismo”, no “interculturalismo” e na “intergeracionalidade” de forma a promover a coexistência e o entrosamento de diferentes estilos de vida no espaço urbano.”

O Programa Polis “*poderá dar um contributo para a resolução de alguns dos problemas citados, quer pelas acções que se propõe desenvolver, quer pela importância demonstrativa e paradigmática de muitas dessas acções*”, tendo presente porém que a solução de muitos desses problemas extravasa o âmbito do Programa e remete para uma grande diversidade de políticas sectoriais ou prende-se com aspectos da gestão autárquica.

3.3. O PROGRAMA POLIS NA COVILHÃ

3.3.1 PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DA COVILHÃ

(Fonte: Plano Estratégico da Cidade da Covilhã, CPU Consultores)

O Plano Estratégico da cidade da Covilhã visa a melhoria da qualidade do meio urbano e o reforço e qualificação da integração do Centro Urbano no Espaço Envolvente, revelando-se um apoio privilegiado à implementação do PDM e um documento de consagração de um Modelo de Desenvolvimento nos diversos sectores de actividade e de Ordenamento Territorial preconizado para a Área Territorial da Grande Covilhã.

Instrumento Programático e de Intervenção e definidor de uma política coerente e integrada para a Área Territorial da Grande Covilhã, o Plano Estratégico engloba a dupla função urbana da Covilhã: a cidade enquanto aglomeração urbana polarizadora de todo o concelho, e mesmo da Cova da Beira, cujos limites urbanos se estendem até ao Teixoso (a norte) e até ao Tortosendo (a sul), e a cidade enquanto aglomeração urbana que pode ser traduzida pela Expressão de Grande Covilhã (TCT), entendida como uma entidade urbana necessariamente participante/protagonista do sistema urbano nacional a nível sub-regional da Cova da Beira, agrupando-se a Belmonte e Fundão, da Serra da Estrela agrupando-se a Seia e Gouveia e a nível regional de toda a Beira Interior agrupando-se a Guarda e Castelo Branco.

MODELO GLOBAL PARA A ÁREA TERRITORIAL DA GRANDE COVILHÃ

A área territorial proposta para a Grande Covilhã desenvolve-se em cerca de 12 km, numa faixa de largura variável entre 1 e 3 km, limitada a nascente por uma zona complementar adjacente ao traçado variante do IP2 nas denominadas “Terras da Cova da Beira” e a poente pela Serra da Estrela. A norte inclui o núcleo urbano do Teixoso e a sul o núcleo urbano do Tortosendo.

A Área Territorial da Grande Covilhã abrange cerca de 4.000 ha com uma população actual estimada em 35.000 habitantes, a que corresponde uma densidade populacional baixa na ordem dos 9 habitantes por hectare.

O modelo de estrutura urbana que se propõe para a área territorial referida assenta num desenvolvimento linear ao longo do traçado do itinerário principal (IP2) e do eixo viário Norte-Sul de distribuição, que

constitui a infraestrutura aglutinadora do sistema urbano integrado e que engloba os três núcleos urbanos: T (Teixoso), C (Covilhã) e T (Tortosendo). Assim o denominado Eixo TCT faz parte do sistema viário principal de distribuição desta área territorial e a variante ao IP2 passa a fazer parte do sistema urbano como via rápida de distribuição periférica.

O sistema de transportes e acessibilidades constitui um factor fundamental para o desenvolvimento das regiões e das suas populações.

A estratégia de desenvolvimento definida pelo Município para o Concelho, e em particular para a Área Territorial da Grande Covilhã, assenta na implementação do Eixo TCT, em fase final de concretização, e nas estratégias de desenvolvimento definidas pelos diversos planos sectoriais com interferência na Grande Covilhã, em que se destaca o Plano Rodoviário Nacional 2000 e o Plano de Modernização da Linha da Beira Baixa, e que proporcionaram uma melhoria significativa das acessibilidades às redes Rodoviária e Ferroviária fundamentais do País e também de Espanha.

OBJECTIVOS DO PLANO

A abordagem do Plano Estratégico da Área Territorial da Grande Covilhã implica necessariamente o desenho de um horizonte de futuro numa actuação programada e concertada, tendo em vista o ordenamento urbano economicamente sustentado, socialmente justo e ecológico.

Nesse sentido, o modelo de planeamento estratégico proposto assenta essencialmente em termos de objectivos a alcançar na conjugação dos objectivos de carácter estratégico e operacional com os objectivos específicos da área de intervenção.

Objectivos específicos de carácter estratégico:

- Implicação da Câmara Municipal no reforço de gestão participada e intervenção concertada no território;
- Renovação do relacionamento do Município com a sociedade civil e principais agentes e intervenientes no processo de transformação da Área Territorial da Grande Covilhã e mesmo da totalidade do território do concelho da Covilhã;
- Identificação, compatibilização e afirmação das dinâmicas emergentes na cidade da Covilhã, nomeadamente as relacionadas com a UBI, o turismo, a saúde entre outras, e respectiva envolvente;
- Programação estratégica dos investimentos.

No âmbito dos objectivos genéricos de carácter operacional pretende-se:

- Posicionar a Covilhã no Sistema Urbano Nacional: analisar o papel e o posicionamento da Covilhã no sistema urbano nacional e determinar o seu desempenho na estruturação do modelo de desenvolvimento regional identificando e caracterizando as opções estratégicas inerentes à determinação de políticas municipais nos mais diversos sectores de actividade.
- Diagnosticar e Avaliar: identificar e avaliar as debilidades/estrangulamentos e as potencialidades/vocações não só ao nível do centro urbano mas abrangendo a denominada Área Territorial da Grande Covilhã;
- Consagrar a Estratégia: identificar e caracterizar as acções e projectos que sejam necessários para a concretização das linhas de orientação estratégica definidas e que impulsionem as potencialidades e vocações detectadas;
- Promover Participação: promover um sistema articulado de participação e de parcerias público/privado mas também público/público e privado/privado – com a Autarquia como eixo de referência – que permita a criação de um esquema integrado de iniciativas que estejam devidamente enquadradas e relacionadas por forma a consagrar eficazmente as opções definidas.

ENQUADRAMENTO DA ESTRUTURA E HIERARQUIA URBANA DA GRANDE COVILHÃ

Na sequência dos diversos documentos do PDM da Covilhã (publicado em 23.10.99) e dos estudos do Plano de Urbanização da Grande Covilhã, em curso, verifica-se a existência de um sistema de lugares estrategicamente distribuídos no espaço a partir de um determinado modelo que foi sendo implementado com base numa rede de eixos de acessibilidade às diferentes partes do concelho e da região, que se baseiam na evolução demográfica e na evolução da estrutura de povoamento.

Esta ordenação corrobora a progressiva concentração de população, serviços e equipamentos, a nível concelhio, na cidade da Covilhã, como factor de reforço que tem impellido o aglomerado urbano ao desempenho de funções centrais de âmbito concelhio, sub-regional e mesmo regional cada vez mais nítidas.

À excepção da cidade da Covilhã e das povoações integrantes do Eixo TCT, em que há de facto uma maior concentração de residentes e actividade económica, a tendência concelhia tem evoluído no sentido da perda de centros hierarquizados de dimensão intermédia.

A localização dos serviços e principais equipamentos tende a convergir para um lugar central – não necessariamente na cidade da Covilhã mas sim na Área Territorial da Grande Covilhã – o que garante um volume mínimo de procura e condições de satisfação das necessidades de âmbito concelhio e de projecção a nível regional.

Torna-se, por isso, difícil a dispersão de serviços e de certo tipo de equipamentos no território concelhio, dada a inexistência de um limiar de procura mínimo que satisfaça a sua viabilidade económica e logística.

O papel da cidade da Covilhã nos sistema urbano regional e nacional é, assim, e cada vez mais, o de centro fundamental da actividade desenvolvida não só no concelho como em certas vertentes na Cova da Beira e na Região da Beira Interior, funcionando como pólo incontornável na estruturação da oferta de equipamentos, serviços e produtos cuja natureza não se torna viável com atitudes de dispersão.

Neste capítulo as condições de acessibilidade têm assumido um papel fundamental na forma como a rede urbana regional e a estrutura urbana e produtiva dos principais centros integrantes dessa rede se tem estabelecido.

As más condições de acesso rodoviário e ineficazes comunicações ferroviárias existentes no passado votaram o concelho da Covilhã, e a respectiva sede, a um certo isolamento, retirando-lhe alguma capacidade de desenvolver conveniente e eficazmente as vantagens competitivas resultantes do aproveitamento das potencialidades e recursos existentes.

Neste sentido, as possibilidades que a construção das vias IP2, IC7 (juntamente com a modernização da linha ferroviária da Beira Baixa), que a ligação directa via Serra da Estrela a Seia (a assegurar pela implementação dos túneis Covilhã/Gouveia/Seia) e que a modernização da linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa podem conferir de futuro ao concelho e à cidade da Covilhã, constituem-se desde logo como condições de base eventualmente capazes de impulsionarem a estrutura sócio-económica, por forma a que seja possível potenciar e/ou repor vantagens competitivas reais com base nas “diferenças positivas” da Grande Covilhã.

No entanto, esta situação requer inevitavelmente o reforço do papel que a cidade da Covilhã tende a desempenhar como centro de suporte da estrutura económico-demográfica do concelho e da Cova da Beira e como participante/protagonista na potenciação de eixos urbanos de dimensão sub-regional - Belmonte/Covilhã/Fundão, Seia/Covilhã/Castelo Branco, Seia/Covilhã/Guarda – e de dimensão regional – Guarda/Covilhã/Castelo Branco.

3.3.2 PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA COVILHÃ

O Plano Director Municipal da Covilhã (RCM n.º 124/99, de 23/10) é o instrumento de gestão territorial municipal mais recente da cidade, onde se estabelecem as bases para a administração urbanística do Município e se definem estratégias a adoptar nos domínios do desenvolvimento económico e social, das grandes infraestruturas e equipamentos, dos recursos naturais e do ordenamento ambiental.

O modelo e as grandes linhas estratégicas apontadas neste Plano são salvaguardadas no Plano Estratégico da Cidade da Covilhã, descrito no capítulo anterior.

4 ESTRATÉGIA DA INTERVENÇÃO

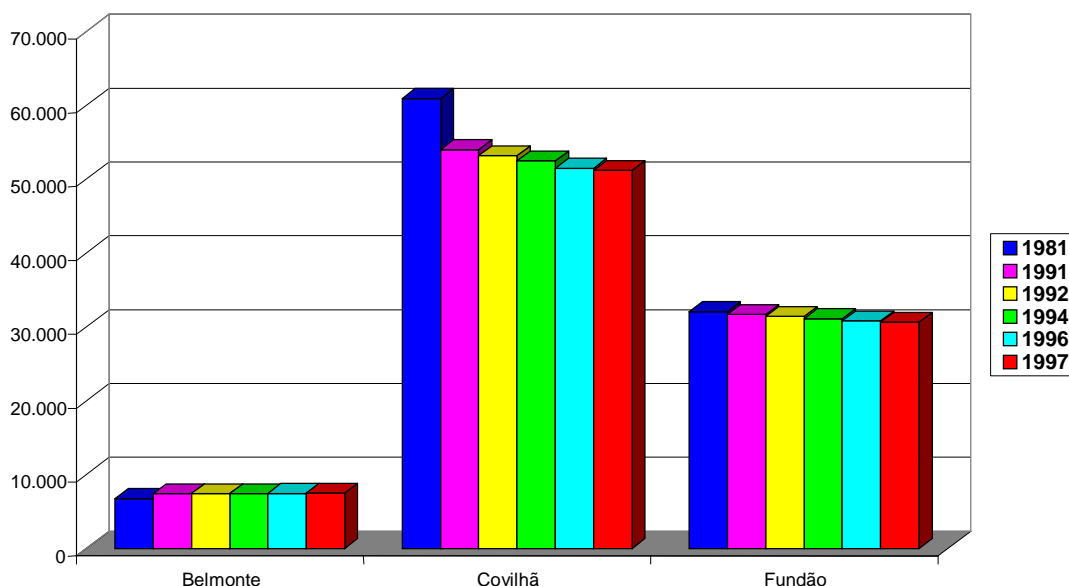
4.1. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA SÓCIO-ECONÓMICA E AMBIENTAL DE COVILHÃ NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL

Caracterização Demográfica

No centro do País, o concelho da Covilhã situa-se na Cova da Beira, distrito de Castelo Branco. A sua localização permite-lhe uma posição de destaque no eixo de desenvolvimento marcado pelos três pólos mais importantes da região: Guarda - Covilhã - Castelo Branco.

O pólo urbano de maior expressão populacional é o concelho da Covilhã, possuindo mais de metade da população a residir na Cova da Beira (cerca de 60%) e apresentando uma densidade populacional superior aos restantes concelhos.

Evolução da População na Cova da Beira



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O concelho do Fundão ocupa a maior extensão de superfície na Cova da Beira, com cerca de metade da população da Covilhã, possuindo uma densidade populacional baixa (45 hab./km²).

Das sub-regiões do Centro as que possuem maior densidade populacional são as da faixa litoral. Contudo, a Cova da Beira possui a densidade populacional mais elevada das regiões interiores.

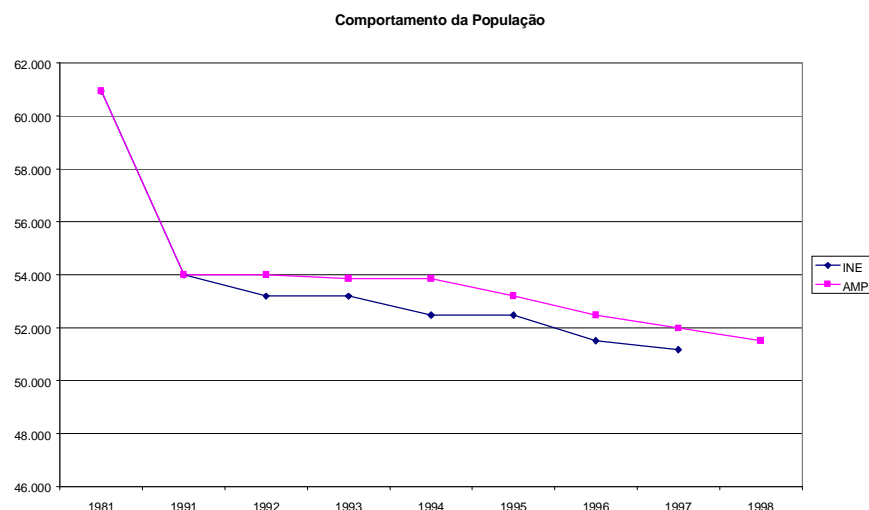
A Área Urbana Central da Covilhã é constituída por 4 freguesias que concentravam cerca de 30% da população do Concelho em 1991: Conceição (7.465 hab.), Santa Maria (3.053 hab.), São Martinho (5.165 hab.) e São Pedro (2.133 hab.). As outras freguesias importantes do concelho em valores populacionais são a Aldeia do Carvalho (5.582 hab.), o Teixoso (4.076 hab.) e o Tortosendo (5.147 hab.).

Nos últimos anos têm-se verificado descidas relativas no volume da população residente. As regiões interiores sofreram, especialmente durante as décadas de 60, 70 e 80 do século passado, fortes movimentos migratórios, tanto para as áreas urbanas litorais como para o estrangeiro, nomeadamente para países europeus.

A perda de população pelo concelho da Covilhã está em muito ligada à crise e reestruturação da indústria dos lanifícios da década de 80 do século XX. A mudança de um sistema produtivo de mão-de-obra intensiva para capital intensivo libertou muitos recursos humanos. As populações migraram para regiões mais atractivas e de maior desenvolvimento económico.

Como se pode verificar no gráfico que se apresenta, as estimativas do INE para o concelho da Covilhã são de descidas significativas no número de residentes, considerando-se que, em 1997, este perdeu cerca de 10.000 habitantes, relativamente a 1981.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Associação de Municípios Portugueses



Segundo as estimativas da Associação de Municípios Portugueses (AMP), e como se pode verificar pelo gráfico, ter-se-ão verificado também descidas populacionais, mas menores às consideradas pelo INE.

Tem-se verificado ao longo dos últimos anos um envelhecimento da população, principalmente nas zonas mais interiores do País. A Cova da Beira encontra-se acima da média nacional, mas relativamente a outras sub-regiões interiores os valores indicam a existência de uma população mais jovem nesta região do que em outras zonas do Interior.

A Covilhã no conjunto dos três concelhos da Cova da Beira é o que possui maior capacidade de rejuvenescimento, sendo o índice de envelhecimento em Belmonte e no Fundão mais preocupante, pois segundo os dados disponíveis de 1991, nestes concelhos o número de idosos (mais de 65 anos) é já superior ao número de pessoas com menos de 15 anos. É assim, imprescindível à modernização e desenvolvimento da Cova da Beira que se consiga assegurar uma oferta de jovens activos.

Existe um conjunto de factores recentes na Cova da Beira e especialmente no concelho da Covilhã que poderá ter atenuado, nos últimos tempos, a diminuição populacional e poderá até ter permitido aumentar a população, assim como o seu rejuvenescimento.

Salienta-se que, segundo os dados provenientes da revisão em 1999 dos Cadernos Eleitorais, fornecidos pela Câmara Municipal da Covilhã, se encontram actualmente 49.934 eleitores no concelho. Considerando que esta população terá mais de 18 anos, e que em 1991, cerca de 20% da população possuía menos de 18 anos, podemos estimar para uma população actual no Concelho da Covilhã de cerca de 59.900 indivíduos.

Este valor, a verificar-se nos próximos censos de 2001, indica que, ao contrário das estimativas das diversas instituições, a população no concelho da Covilhã tem vindo a crescer e não a diminuir desde 1991.

A estrutura etária da população da Covilhã apresenta uma evolução equilibrada, como provam os seguintes valores:

Área Total (Km ²)	Freguesias	Área Média das Freguesias (Km ²)	Densidade Populacional (Hab./ Km ²)
556.4	31	17.9	92

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro (1998)

População	N.º habitantes	%
0-14	10054	18,6
15-64	35465	65,7
> 64	8480	15,7

Fonte: Censos 91

No que se refere à estrutura da população activa é de salientar a predominância do sector secundário e o crescente peso do sector terciário.

O sector primário é constituído principalmente pela produção de cereais, leguminosas para grão, batata, hortícolas, fruta, vinho, azeite, bovinos, ovinos, caprinos, suínos e floresta, tendo atingido um PAB de 719.874.000\$00 (fonte DRABI).

No sector secundário existe um grande predomínio da indústria de lanifícios e vestuário, que emprega 36% da população activa. Outras actividades importantes são a metalomecânica e a construção civil.

O sector terciário é sobretudo composto por instituições bancárias, companhias de seguros, gabinetes de projectos e gabinetes de contabilidade. No que se refere ao comércio existem no concelho da Covilhã mais de oito centenas de estabelecimentos.

Esta estrutura económica permite que haja uma grande complementaridade, o que fomenta um desenvolvimento sustentado do concelho da Covilhã.

No concelho da Covilhã existe muita mão-de-obra disponível, sobretudo na área têxtil. O número de quadros superiores é também elevado, fruto da formação que tem vindo a ser feita na região, com especial destaque para a Universidade da Beira Interior.

Outro aspecto de grande importância prende-se com a acalmia sócio-laboral que se verifica, bem como o apoio da Autarquia a projectos que fomentem o desenvolvimento económico.

Turismo

No que refere ao turismo, a Covilhã está dotada de um valioso património histórico e paisagístico. Estas condições naturais proporcionam óptimas oportunidades de lazer e uma integração na encosta da Serra da Estrela.

A Covilhã é um reflexo da qualidade de vida que se pode encontrar nesta região, que se prende com a realização de regulares actividades de lazer e cultura, boas infraestruturas de saúde e apoio social e beleza paisagística, sendo uma região em expansão.

A Covilhã possui no contexto nacional uma posição privilegiada junto às serras da Estrela, da Malcata e da Gardunha, possuindo recursos naturais e históricos que lhe permitem disponibilizar um conjunto diversificado de atracções turísticas, proporcionando a criação de produtos turísticos distintos no contexto nacional. A Covilhã situa-se no centro de três serras de grande interesse nacional (Estrela, Açor e Malcata), com belezas incomparáveis, proporcionando um potencial muito interessante para o desenvolvimento de turismo desportivo e de bem estar e saúde.

As potencialidades destas três serras são inúmeras, sendo a aposta na actividade turística um dos pontos essenciais no planeamento desta região. Estes recursos potenciam o desenvolvimento do Turismo Ecológico e Ambiental, assim como do Turismo Rural.

Os destinos Covilhã e Serra da Estrela encontram-se numa fase inicial de desenvolvimento turístico, verificando-se actualmente uma maior preocupação com esta actividade. Neste contexto, desenvolveu-se para o efeito o Plano Estratégico da Serra da Estrela e reestruturaram-se os produtos turísticos oferecidos pela região.

A Covilhã situa-se no centro de 9 das 10 Aldeias Históricas existentes em Portugal, que fazem parte de um programa de recuperação. Estas aldeias são testemunhas da época medieval, vestígios vivos da sua arquitectura, sendo a grande característica arquitectónica marcante destas áreas rurais a utilização do granito.

Podem-se encontrar nestas aldeias algumas pequenas unidades de turismo rural, turismo esse que sofreu um grande impulso com o desenvolvimento das Aldeias Históricas.

Aproveitando este vasto património a Região de Turismo da Serra da Estrela desenvolveu o produto turístico das Aldeias Históricas.

Na cidade da Covilhã a comercialização e desenvolvimento de actividades artesanais tem possuído tradicionalmente uma posição secundária, sendo a indústria a actividade de maior relevo. A aposta no desenvolvimento da actividade turística como complemento à indústria é uma alternativa bastante interessante no contexto da diversificação económica.

Na região de turismo da Serra da Estrela a Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE) criou diversos pontos de venda dos produtos típicos da região, existindo ainda um leque variado de artesãos que trabalham nas suas próprias casas aí comercializando os trabalhos que realizam.

Há que destacar ainda os recursos cinegéticos (perdiz, coelho, javali e raposa) e a pesca da truta nos rios Zêzere, Mondego e Alva e ribeiras de Paul e Unhais da Serra.

Na freguesia de Unhais da Serra encontram-se as Termas Mediciniais, famosas pelas suas águas sulfúreas e alcalino-fluoretadas, que curam reumatismos, doenças músculo-esqueléticas, dermatoses, colopatias e hemorroidal.

Património Histórico-Cultural

São muitos os testemunhos do passado na região onde se insere a Covilhã (que se insere na região turística da Serra da Estrela), existindo alguma diversidade de recursos patrimoniais, de origem muito distinta:

Região	Património Monumental	Judiarias Medievais	Museus
Serra da Estrela	<p>Na região onde se insere a Covilhã encontra-se um número significativo de castelos, possuindo esta cidade uma posição central relativamente aos exemplares existentes.</p> <p>Este tipo de património encontra-se numa fase de remodelação e recuperação, sendo recente a sua divulgação como produto turístico.</p> <p>Destacam-se os castelos de Belmonte, Sabugal, Linhares, Guarda, entre outros</p>	<p>A palavra judiaria designava o espaço físico da instalação dos Judeus nas povoações, enquanto o termo comuna dizia respeito ao conjunto da população judaica numa localidade, instalada numa ou mais judiarias.</p> <p>A Cova da Beira foi um dos locais escolhidos pelos Judeus para se fixarem, existindo um leque de vestígios deixados pela sua passagem, como o Bairro de Marrocos, ocupado tradicionalmente por criptojudes, em Belmonte.</p>	<p>Na região da Serra da Estrela existe um conjunto diversificado de museus.</p> <p>Na Covilhã encontram-se localizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Museu dos Lanifícios, desenvolvido numa antiga fábrica de lanifícios; - O Museu do Pintor Eduardo Malta, do início do século XX; - O Museu do Vinho, da Adega Cooperativa da Covilhã e onde se podem encontrar os vinhos da região: Sete Fontes; Piornos; Corrente; entre outros.

Património Industrial

Na base do desenvolvimento industrial da Covilhã encontram-se as ribeiras da Carpinteira e da Goldra que estruturam o crescimento urbano da cidade. Ambas estão peçadas de antigas fábricas de lanifícios que marcam decisivamente a paisagem. Muitas destas antigas estruturas estão em estado de degradação, encontrando-se alteradas e desvirtualizadas do seu valor arquitectónico ou tecnológico devido às constantes alterações registadas com o regular crescimento das fábricas ou das actualizações tecnológica. São de salientar as potencialidades destes espaços como futuras áreas verdes e de lazer, para a prática de desporto e actividades ao ar livre.

Podem-se ainda admirar as ruínas da fábrica fundada pelo conde da Ericeira que data de 1677 e se localiza na ribeira da Carpinteira.

Na Goldra encontra-se a Real Fábrica dos Panos, sendo actualmente pertença da Universidade de Beira Interior, na qual se pode visitar o Museu dos Lanifícios.

Com o crescimento e desenvolvimento desta indústria ainda hoje se podem ver dezenas de grandes edifícios que são um núcleo do Património industrial muito interessante, que deve ser recuperado.

4.2. OBJECTIVOS DA INTERVENÇÃO

O principal objectivo do Programa Polis consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções de carácter urbanístico e ambiental, aumentando a sua atractividade e competitividade no sistema urbano nacional.

A intervenção na Covilhã, no âmbito do Programa Polis, visa a Requalificação Paisagística e Urbana dos Vales das Ribeiras da Goldra e da Carpinteira, ribeiras de vales profundos que já forneceram água e energia àquela que foi a principal actividade dos habitantes da cidade: a indústria de lanifícios.

A recente globalização da economia, a abertura de mercados e as novas tecnologias conduziram ao abandono de muitas instalações fabris instaladas sobre as ribeiras, com a consequente degradação do património industrial e dos vales onde muitas dezenas de edifícios industriais tenham sido construídos.

À degradação do património industrial tem-se aliado o abandono da paisagem agrícola tradicional, junto e mesmo dentro da cidade, com a transferência da mão-de-obra do sector primário para o comércio e serviços. É ainda de salientar o aumento do valor urbano dos solos, adquirindo parte destes terrenos o carácter expectante, abandonado, com construções e muros de socalcos em acentuada ruína.

Nos últimos anos têm-se construído com bastante intensidade, no limite do centro da cidade, em áreas sobranceiras ao desenvolvimento dos vales, edifícios de altura considerável em banda contínua com grande desenvolvimento longitudinal e com as traseiras voltadas para os vales das duas linhas de água, formando barreiras visuais que impedem a fruição da paisagem, e donde resultam altas empenas cegas que destróem a harmonia volumétrica do tecido urbano.

A migração das áreas agrícolas para as cidades polarizadoras levou à grande expansão da sua área urbana, menos limitada hoje pelas distâncias nesta era do automóvel particular. Neste sentido, a urbe tem vindo a constituir um eixo urbano que une a cidade às duas povoações mais próximas a norte e sul, num conceito de cidade linear que se denominou o TCT (eixo Teixoso - Covilhã - Tortosendo).

Os vales destas ribeiras têm hoje contribuído sobretudo para o afastamento das novas áreas urbanas relativamente ao centro da cidade, obrigando à locomoção em automóvel, já que as distâncias e o acidentado do relevo dificultam grandemente a mobilidade dos habitantes da Covilhã.

A elevada diferença de cotas entre os bairros e o fundo das ribeiras origina um traçado viário que se estende serpenteando por quilómetros ao longo das curvas de nível para vencer distâncias de poucas centenas de metros em linha recta.

Ao mesmo tempo, a necessidade do uso do transporte individual, aliado às dificuldades de estacionamento na área central e aos condicionamentos que impedem um serviço de transportes públicos satisfatório, tem contribuído grandemente para a desertificação do coração da cidade.

Para melhorar esta conjuntura, o Programa Polis propõe-se encarar esta enorme oportunidade com intervenções em diversas frentes de benefício comum e acção complementar, nomeadamente:

- revitalizando as ribeiras e a sua relação com a população da cidade, pelo seu potencial como espaço de lazer e recreio;
- aproveitando o interesse cénico do relevo, realçado por socalcos formados por blocos de pedra e por matas que revestem as encostas;
- criando novas frentes de relação urbana abertas aos vales;
- proporcionando formas de acessibilidade alternativas, nomeadamente com pontes pedonais que aproximem os bairros mais afastados do centro da cidade, meios mecânicos que vençam os grandes desníveis da entrada da Covilhã e, aproveitando estes, construindo parques de estacionamento automóvel com acesso fácil ao coração da cidade;
- reabilitando parte do património industrial disponível para revitalização urbana com fins culturais, habitacionais, realocização de indústrias e estacionamento automóvel.

Neste âmbito, e visando uma maior sustentabilidade do sistema urbano, os Planos de Pormenor propostos para as ribeiras da Goldra e Carpinteira propõem:

- criar condições para a reabilitação do património industrial com vista à revitalização urbana dos vales para funções de índole cultural, residencial ou de serviços, e proporcionando alternativas de realocização para as fábricas deficientemente integradas no meio urbano;
- criar novas frentes edificadas, de relação urbana aberta aos vales, consolidando e rematando a estrutura urbana;
- criar formas de acessibilidade alternativa, com pontes pedonais que aproximem os bairros periféricos do centro da cidade, e com meios mecânicos que vençam os grandes desníveis a partir da entrada da cidade. Ligados a estes novos meios de acessibilidade pedonal, serão propostos parques de estacionamento automóvel com acesso fácil à área central da cidade;
- reabilitar e revitalizar as ribeiras e a relação da população com estes espaços para actividades de lazer e recreio;

- recuperar a paisagem dos vales através do interesse cénico do relevo, dos socacos, das matas e olivais e do património industrial.

Um factor preponderante da estratégia da intervenção é a componente de comunicação que terá por objectivo, desde a primeira hora, informar e sensibilizar a população local para o âmbito da intervenção do Programa Polis na Covilhã.

Neste sentido, pretende-se não só dar a conhecer as alterações a realizar no espaço urbano, mas também desafiar os cidadãos para uma reflexão conjunta e alargada sobre as várias disciplinas da envolvente ambiental.

As acções de comunicação visam manter a população actualizada no que diz respeito ao desenvolvimento de projectos e obras no decurso da sua implementação, promovendo acções diversas que provoquem o gradual estreitar de relações entre esta população e as mutações que a sua cidade irá sofrer até à concretização dos objectivos finais do Programa Polis. Visarão os seguintes "grupos-alvo":

- População em geral;
- Comerciantes / Habitantes das zonas com maior impacto;
- Escolas / Estabelecimentos de ensino superior / Jovens.

A implementação das várias acções procurará as melhores oportunidades do ponto de vista demonstrativo e educativo ambiental, estabelecendo sempre que possível pontos de ligação entre o desenvolvimento dos trabalhos e a sua compatibilização com os hábitos culturais, as feiras e festas tradicionais da Covilhã.

Esta estratégia de comunicação deverá tirar o máximo partido dos recursos locais, no que respeita aos órgãos de comunicação social, aos estabelecimentos de ensino superior, às escolas e às instituições culturais e recreativas, promovendo e incentivando a sua participação nas acções de sensibilização ambiental a desenvolver.

A intervenção do Programa Polis na Covilhã assume-se como uma intervenção demonstrativa dos objectivos que estão na origem da criação deste Programa.

5 CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A intervenção na Covilhã no âmbito do Programa Polis corresponde a um conjunto de acções de requalificação e valorização urbana e ambiental e compreende os vales das ribeiras da Carpinteira e da Goldra nos seus troços urbanos. Esta requalificação urbana e paisagística das ribeiras assenta no desenvolvimento de dois Planos de Pormenor:

- § Plano de Pormenor da Ribeira da Goldra;
- § Plano de Pormenor da Ribeira da Carpinteira.

5.1. OS GRANDES EIXOS DA INTERVENÇÃO

As acções correspondentes à materialização do Programa Polis na Covilhã decorrem, na sua maioria, de propostas avançadas em sede de PDM (RCM n.º 124/99, de 23 de Outubro).

As grandes linhas de acção apontam para a requalificação urbana e ambiental das ribeiras da Goldra e da Carpinteira, focando cinco eixos estratégicos:

- **Reabilitar, valorizar e vitalizar os vales da Goldra e da Carpinteira, promovendo:**
 - § o tratamento paisagístico das áreas degradadas e a demolição de edifícios não recuperáveis e prejudiciais à qualidade urbana;
 - § a melhoria da acessibilidade e da atractividade das ribeiras e das respectivas margens;
 - § a criação de percursos de circulação e passeio ao longo dos vales;
 - § a construção de áreas de recreio e desporto;
 - § a reabilitação de pequenos conjuntos edificados;
 - § a criação de pólos de intensa vida urbana em cada um dos vales;

§ o enquadramento e valorização de elementos de excepcional interesse, nomeadamente, pontes do caminho-de-ferro e ruínas de carácter monumental.

- **Integrar e articular os vales das ribeiras com a cidade (relação a duas cotas), visando:**

§ a protecção dos canais de ligação visual e funcional da cidade com os vales, garantindo a relação do espaço público com a paisagem envolvente;

§ a reabilitação dos espaços públicos de referência urbana, nomeadamente aqueles que funcionam como áreas exteriores de convívio da cidade e que fazem a relação da cidade com os vales;

§ o reordenamento e consolidação do tecido edificado na zona de intervenção;

§ a criação de percursos pedonais de atravessamento dos vales, permitindo uma fruição da paisagem inserida na vida quotidiana.

® **Preservar e valorizar o património industrial, elemento-chave da identidade da Covilhã, visando:**

§ a instalação de núcleos museológicos que possibilitem a preservação e reabilitação de edifícios e estruturas de especial significado para a memória industrial da cidade;

§ a reabilitação e reconversão de alguns edifícios industriais com vista à instalação de equipamentos públicos na área de intervenção;

§ a integração de estruturas do património industrial na requalificação paisagística das ribeiras e dos vales;

§ a criação de condições para a valorização fundiária das fábricas desactivadas ou degradadas, através do seu enquadramento paisagístico e da melhoria dos acessos, por forma a incentivar o mercado para acções de reabilitação e reutilização.

- **Reduzir a dependência do automóvel favorecendo a mobilidade pedonal, promovendo:**

§ no sentido horizontal, a construção de pontes para peões e ciclistas, facilitando e encurtando o acesso das zonas residenciais periféricas à área central da cidade, no prolongamento dos percursos de nível no interior do casco antigo e que constituem eixos de intensa vida urbana;

- § no sentido vertical, a instalação de escadas mecânicas na vertente sul da cidade, por forma a facilitar o acesso de peões ao centro urbano, através de sucessivos patamares, vencendo uma considerável diferença de cotas;
- § a criação de áreas de estacionamento automóvel no perímetro urbano, em articulação com as acções acima descritas.
- ° **Salvaguardar o que resta e garantir no futuro uma cidade aberta aos vales e à paisagem, através da:**
 - § interdição no tecido edificado de novas construções nas cristas ou encostas que possam constituir ou prolongar barreiras visuais à fruição da paisagem, sobretudo no sentido das ribeiras e da várzea, mas também na direcção da serra;
 - § cuidadosa localização das áreas de expansão urbana, por forma a evitar a repetição dos erros que se verificam no casco urbano e até em algumas zonas periféricas.

O conjunto das propostas é composto por componentes que interagem fortemente. O processo de recuperação das margens das ribeiras, com criação de jardins e parques de fruição pública poderá ainda contemplar a construção de edifícios de remate da malha urbana, de acordo com critérios exigentes de qualidade. Neste contexto a existência de unidades industriais com deficiente desempenho ambiental, de zonas habitacionais degradadas justificam a execução de acções de reabilitação.

Assim, para possibilitar a despoluição das ribeiras nos troços de uso público, torna-se necessário criar uma alternativa de relocalização das indústrias poluentes para um local mais a jusante da ribeira da Carpinteira, próximo da zona industrial e da via distribuidora de maior tráfego (eixo viário denominado TCT), permitindo o desvio do trânsito de viaturas pesadas do centro da cidade.

A concentração destas fábricas no mesmo local potenciará o recurso a soluções colectivas de tratamento de efluentes.

Por outro lado, a acessibilidade a estes novos equipamentos públicos, bem como ao centro da cidade, é outro dos pontos-chave para o êxito do Programa Polis na Covilhã proporcionando melhores condições de mobilidade na cidade.

No sentido de facilitar as ligações pedonais entre os diversos pontos da cidade, que se caracteriza por um relevo acidentado, serão construídas pontes pedonais e meios mecânicos de deslocação de peões associados a áreas de estacionamento automóvel.

Finalmente, todas as acções no sentido de manter o uso agrícola dos solos ainda existentes dentro da cidade devem ser estimuladas, dado ser inviável o Município responsabilizar-se pela manutenção de todas as áreas verdes em causa.

5.2. DESCRIÇÃO DAS ACÇÕES

5.2.1. ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO

O desenvolvimento dos planos e dos projectos e a realização das obras propostas na zona de intervenção do Programa Polis implicam a execução de um conjunto de elementos de base que servirão de suporte à sua concretização.

Os levantamentos topográficos/cartográficos existentes às escalas 1/1000 e 1/5000 revelam-se insuficientes, por desactualização ou pouco detalhe – reconstituição cartográfica elaborada em 1970 e 1996, respectivamente – sendo necessário proceder à sua actualização assim como à execução de cartografia de maior pormenor, à escala 1/500 e 1/200, nas áreas abrangidas por projectos no âmbito do Programa.

Será ainda necessário realizar algumas campanhas de prospecção geotécnica com vista à caracterização do solo e subsolo nas zonas definidas para a implantação das pontes pedonais.

É importante ter atenção às acções potencialmente geradoras de impactes ambientais, sendo necessário medidas cautelares.

É necessário ter em conta também a regulamentação existente sobre as reservas ecológica e agrícola.

5.2.2. PLANOS DE PORMENOR

Os Planos de Pormenor a executar para a área de intervenção foram definidos tendo por base quer as unidades operativas de planeamento e gestão previstas no Plano Director Municipal, quer as características das diferentes áreas e respectiva programação espacial e temporal das obras a executar.

Neste contexto, foram definidas duas áreas de Planos de Pormenor, adjudicados pela Câmara Municipal da Covilhã, que deverão equacionar e responder aos objectivos que se enunciam seguidamente.

Os Planos destes vales pretendem ser um instrumento para requalificar uma zona que, pelas suas características naturais e paisagísticas, constitui um espaço importante a reintegrar no tecido urbano. Estes Planos pretendem assegurar a perenidade de um espaço com componentes naturais, agrícolas e de aproveitamento industrial, cuja vocação em termos de utilização pela população se enquadra essencialmente nas componentes cultural, de lazer e recreio, e didáctica.

Plano de Pormenor do Vale da Ribeira da Goldra

Plano, em fase de Estudo Prévio, da autoria dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Luís Cabral, que abrange uma área aproximada de 47.600 m² e terá como objectivos:

- a qualificação/valorização da imagem do vale, de grande impacto visual, à entrada da cidade;
- a requalificação da zona do leito e margens do rio, nomeadamente com a criação de um espaço público que compreende um conjunto de piscinas fluviais, jardins e cascatas;
- a recuperação urbanística da área habitacional a norte, rematando os prédios existentes de grande volumetria com a nova frente edificada voltada para o espaço público junto ao rio;
- a melhoria da mobilidade e da acessibilidade ao centro da cidade, com a construção de duas pontes pedonais complementadas por escadas mecânicas;
- a salvaguarda e requalificação do património industrial, nomeadamente através da valorização do conjunto da grande chaminé de tijolo com as duas fábricas de têxteis do séc. XIX, localizadas nas suas imediações;

- a realocação das indústrias poluentes a montante, recuperando a área onde se localizam, para revitalização do tecido urbano e requalificação da paisagem;
- a criação de bolsas de estacionamento na base dos meios mecânicos que farão a ligação à zona sul do centro histórico;
- a criação de percursos pedonais e ciclovias ao longo das margens da ribeira.

Plano de Pormenor do Vale da Ribeira da Carpinteira

Plano, em fase de Estudo Prévio, da autoria dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Luís Cabral, que abrange uma área aproximada de 128.200 m² e terá como objectivos:

- a requalificação da zona do leito e margens do rio, nomeadamente com a criação de um espaço público apropriado ao recreio juvenil, que inclui campos desportivos de apoio aos bairros envolventes;
- a criação de frentes edificadas voltadas para o rio, consolidando e rematando áreas de tecido urbano degradadas;
- a qualificação urbanística de áreas habitacionais degradadas;
- a melhoria da mobilidade e da acessibilidade ao centro da cidade, com a construção de três pontes pedonais complementadas por percursos pedonais de nível, ligando o centro da cidade aos bairros a norte;
- a salvaguarda e requalificação do património industrial, nomeadamente através da valorização do espaço envolvente de conjuntos de grande dimensão e qualidade arquitectónica;
- a reconversão de um elemento-chave do património industrial, pela qualidade da sua arquitectura e localização emblemática no vale da ribeira da Carpinteira, para fins culturais, didácticos e pedagógicos relacionados com as vocações da região;
- a implantação das indústrias a relocalizar num conjunto fabril no troço final da área em estudo, próximo dos eixos viários estruturantes;
- a criação de percursos pedonais e ciclovias ao longo das margens da ribeira;
- a qualificação/valorização da ribeira e das suas margens.

5.2.3. PROJECTOS E OBRAS

5.2.3.1 ENQUADRAMENTO DOS PROJECTOS E OBRAS

Os Planos de Pormenor apontam 10 tipos de projectos para os vales das ribeiras, nomeadamente:

1 – O tratamento das ribeiras:

- Plantação de matas ribeirinhas – enquadramento das ribeiras com árvores da mata ribeirinha;
- Ecossistemas auto-regeneradores – criação de planos de água de fitolagunagem, com espécies apropriadas à depuração biológica, para afinação da qualidade da água e para fins didácticos;

2 – Parques lineares:

- Alamedas e matas ribeirinhas – percursos ao longo das ribeiras, em parte sobre o futuro traçado dos emissários de esgotos domésticos a instalar ao longo dos vales. Estão previstas as seguintes:
 - Mata da Fonte Santa;
 - Alamedas ribeirinhas nos troços rurais das ribeiras da Goldra e da Carpinteira;
 - Passeio das Ramolas, ligando num percurso este conjunto patrimonial;
 - Desmatação selectiva das ribeiras.

3 – A construção de jardins e parques:

- Rossio da Ponte do Rato – criação de uma rotunda integrando duas obras de arte, envolvida por um amplo espaço equipado de comércio e restauração;
- Parque da Goldra – parque com um conjunto de piscinas fluviais;
- Jardim “Martir in Colo” – limpeza e tratamento da zona do vale junto à ponte;
- Jardim do Lago – jardim entre a estação rodoviária e a estação do caminho-de-ferro;
- Jardim da Carpinteira – em complemento do equipamento desportivo de ar livre;
- Jardim do Museu da Cidade;
- Miradouros em “testas de pontes”.

4 – Outras melhorias da paisagem dos vales:

- Limpeza e desmatação das espécies infestantes;
- Limpeza das ribeiras – limpeza de lixos dos leitos e margens das ribeiras;
- Percursos vicinais da várzea da ribeira da Carpinteira.

5 – Reestruturação viária:

- Vias a montante da Ponte do Rato;
- Via do Parque da Goldra;
- Via do Jardim do Lago;
- Via do Jardim da Carpinteira;
- Alargamento do troço inferior da Calçada das Poldras, acesso ao TCT e ligação à Calçada das Poldras/Bairro do Rodrigo;
- Via e ligação da Rua da Saudade e Rotunda do Rato.

6 – A criação de áreas de estacionamento automóvel:

- Silo-auto da Fonte Santa;
- Silo-auto do Parque da Goldra;
- Estacionamento sob a via do Parque da Goldra;
- Estacionamento no Jardim da Carpinteira;
- Estacionamento no Jardim do Lago;
- Estacionamento em frente à Nova Penteação.

7 – A construção de pontes pedonais:

Trata-se da construção de pontes para peões e bicicletas, integradas em percursos à mesma cota ligando bairros das duas margens dos vales:

- Na ribeira da Goldra estão previstas duas pontes.
- Na ribeira da Carpinteira estão previstas três pontes.

8– A construção de escadas mecânicas de acesso ao centro da cidade – três troços de desníveis significativos ligarão zonas de grande movimento:

- da Rua Nova do Biribau à Calçada Alta e à Rua Marquês d'Ávila e Bolama, numa diagonal que encurtará penosos percursos a pé;
- da Rua Marquês d'Ávila e Bolama até à zona do Mercado Municipal, já ao nível do centro da cidade.

Estas escadas, que se prevê sejam cobertas, serão acompanhadas por escadas fixas que assegurarão o percurso descendente.

O sistema proposto, a par com o projecto do funicular a construir pelo Município no Ramal de S. João de Malta, servirá como projecto-piloto a estender a outras encostas da cidade com ligação a uma linha de eléctricos rápidos no TCT.

9 – A criação de percursos no vale da Carpinteira:

- Percurso que se inicia abaixo das Piscinas Municipais na EN 230, e serpenteia no vale desembocando no Bairro do Rodrigo;
- Melhoria dum atravessamento existente na Carpinteira, a cerca de 250 metros a montante da Ponte de Caminho-de-Ferro;
- Melhoria dos caminhos rurais na várzea agrícola entre a linha do comboio e o TCT.

10 – O enquadramento e valorização paisagística de edifícios ou conjuntos:

- Canal visual e escadarias de ligação do Mercado ao Parque da Goldra;
- Enquadramento a montante da Fábrica Manuel Conde (antiga Fábrica António Estrela);
- Acções no sentido de estimular a manutenção do uso agrícola dos solos;
- Iluminação cénica das pontes do caminho-de-ferro;
- Criação de cortinas arbóreas de enquadramento paisagístico do tecido edificado;
- Ruínas da Fábrica dos Cruzes para enquadramento do proposto Centro Museológico.

11 – A recuperação do património industrial para fins sócio-culturais e de serviços:

Demolição de edifícios existentes:

- Tinturaria Francisco Mendes Alçada – demolição de partes pouco significativas nos dois edifícios da Tinturaria Mendes Alçada, para alargamento da via;
- Casas no local da Rotunda da Ponte do Rato – para implantar a rotunda;
- Edifícios no Parque da Goldra - para implantar o conjunto das piscinas fluviais do Parque da Goldra;
- Fábrica Alçada Rosa – para realçar a qualidade da arquitectura do corpo principal da fábrica;
- Fábrica Armando Martins –para alargar a via e permitir o estacionamento;
- Fábrica Campos Mello (corpo a sul) - para realçar a qualidade da arquitectura do corpo principal;
- Edifícios a jusante da Fábrica Manuel Conde (antiga Fábrica António Estrela) - para instalar os jardins temáticos do Centro Museológico.

Recuperação e reutilização dos edifícios industriais existentes:

- Recuperação da Fábrica Manuel Conde (antiga Fábrica António Estrela) para a instalação de um Centro Museológico e do Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental;
- Elaboração do projecto para o conjunto fabril Charro Pereira – para relocalização de indústrias;

Relocalização de indústrias:

- Companhia Nacional de Lanifícios ou Beira-Lã;
- Fábrica Fofinha;
- Fábrica Manuel Conde.

5.2.3.2 DESCRIÇÃO DOS PROJECTOS E OBRAS

TRATAMENTO DAS RIBEIRAS

Plantação de Matas Ribeirinhas (10.250 m²) (Investimento Polis) – Enquadramento das margens das ribeiras com árvores da mata ripícola e arbustos nas margens onde é necessária a estabilização biofísica do talude marginal. Inclui a recriação de um novo troço de ribeira ao longo da extrema norte da Escola Secundária, a partir do açude criado pela piscina fluvial do Parque da Goldra, e que conduz a água daí até ao espelho de água do Jardim do Lago.

Ecosistemas Auto - Regeneradores / 5 unidades (1.930 m²) (Investimento Polis) - Criação de planos de água de fitolagunagem, com espécies apropriadas à depuração biológica, para afinação da qualidade da água e para fins didácticos.

Estão previstos três ecossistemas auto-regeneradores na ribeira da Carpinteira e dois na ribeira da Goldra.

PARQUES LINEARES

Percurso de circulação e passeio ao longo das ribeiras, em parte sobre o futuro traçado dos emissários de esgotos domésticos a instalar ao longo dos vales:

Mata da Fonte Santa (195 ml) (Investimento Polis) - beneficiando os percursos existentes nas duas margens da ribeira da Goldra, melhorando o pavimento e o enquadramento vegetal e introduzindo mobiliário urbano.

Passeio das Ramolas do Sol (320 ml) (Investimento Polis) - ligando num percurso um conjunto de património industrial de considerável qualidade arquitectónica, elemento original diferenciador da paisagem urbana desta cidade, de valor simbólico apreciável.

Alamedas Ribeirinhas da Goldra e da Carpinteira (2.316 ml) (Investimento Complementar) - permitindo efectuar a ligação das zonas rurais ao centro da cidade, por caminhos ao longo das ribeiras devidamente enquadrados com árvores da galeria ripícola e equipados com mobiliário urbano. Acompanham os troços rurais a jusante da cidade em ambas as ribeiras, para além dum troço a montante da Fábrica Tavares e Pimentel.

Desmatagem Selectiva das Ribeiras da Goldra e da Carpinteira (Investimento Complementar) – Consiste no controle dos matos existentes através do abate e remoção dos elementos infestantes e

criação de melhores condições de desenvolvimento e propagação das espécies de vegetação deste ecossistema.

PARQUES E JARDINS

Rotunda e Jardim da Ponte do Rato (3.570 m²) (Investimento Polis) – Resolve um nó viário problemático à entrada da cidade, com a criação de uma rotunda acompanhada de duas obras de arte: um painel de azulejos num troço de cerca de 100 metros, e uma fonte que descarrega no interior da rotunda parte da água da ribeira, proveniente de um açude a montante. O valioso conjunto fabril da Fonte do Lameiro resultará valorizado, induzindo a instalação de um núcleo museológico.

Parque da Goldra (21.900 m²) (Investimento Polis) – Parque com patamares relvados sobre cascatas e um conjunto de piscinas fluviais, excelentes para o recreio e lazer nos meses quentes. Será equipado com um edifício de balneários e sanitários, para além dos edifícios de restauração e apoio à manutenção das zonas verdes.

Jardim do Lago (45.430 m²) (Investimento Polis) – Espaço situado no vale da ribeira da Goldra, entre a estação rodoviária e o caminho-de-ferro. Terá um lago com 120 m de comprimento. A ribeira aparece num espelho de água por cima do lago para onde cai, proporcionando uma passagem por baixo duma cascata em lâmina de água. Na extrema oposta fica um restaurante que possibilita festas e eventos, já que se estende para o jardim. O restaurante cobre a doca aberta dos barcos de recreio, deixando livres as vistas do lago para nascente. O jardim contém ainda um auditório de ar livre que contempla o plano de água. Pode-se atravessar o lago por um passeio de descoberta com poldras, pontes e ilhas-biombo onde crescem papiros, lírios-dos-charcos, tabúas, nenúfares e outras plantas aquáticas. A envolver o lago, estão amplos relvados de recreio e matas de faias, castanheiros, carvalhos, tulipeiros e prunus de flor. Na extrema sul ficará um terreiro de feiras e jogos tradicionais junto à área de recreio infantil e juvenil.

Jardim do Museu da Cidade (19.620 m²) (Investimento Polis)– Em complemento do Museu da Cidade, a instalar na actual Fábrica Manuel Conde, ficará um jardim que goza um cenário espectacular no encaixado vale da ribeira da Carpinteira, enquadrado por belíssimos socalcos de uso agrícola, com muros altos de pedra seca a valorizar. Em complemento do passeio e lazer, terá componentes fortemente didácticas nomeadamente com jardins temáticos botânicos de montanha. Será atravessado por um novo percurso pedonal que liga ao mesmo nível o Bairro do Rodrigo aos Penedos Altos, passando pelo Passeio das Ramolas do Sol.

Jardim “Martir in Colo” (3.230 m²) (Investimento Polis) – Inclui limpeza, tratamento da zona do vale a jusante da Ponte “Mártir in Colo”, com a criação de um anfiteatro ajardinado exterior de grandes degraus voltado para a ponte secular, com o palco de pavimento transparente que deixa ver a ribeira.

Jardim da Carpinteira (15.060 m²) (Investimento Polis) – Ficará acima da Ponte do Alçada e junto à discoteca Companhia, e terá o equipamento desportivo e recreativo apropriado para as idades jovens, sobretudo dos bairros que envolvem esta área do curso superior da Carpinteira, e dos alunos da Universidade.

Miradouros em “testas de ponte” (2 + 6 pontes) (Investimento Polis) – As pontes pedonais de atravessamento das ribeiras serão, na sua maioria, rematadas no seu extremo por miradouros em “testas de ponte” que enquadrarão, com eventual equipamento de restauração ou quiosque, o apoio e o acompanhamento destes percursos.

OUTRAS MELHORIAS DA PAISAGEM DOS VALES

Limpeza e Desmatção das Espécies Infestantes (68.850 m²) (Investimento Complementar) – Consiste na desmatção cuidadosa e selectiva das matas, com eliminação das espécies infestantes e dos matos, para protecção e melhor desenvolvimento das espécies autóctones e prevenção do risco de incêndio.

Limpeza das Ribeiras da Goldra e da Carpinteira (7.669 ml) (Investimento Complementar) – Limpeza de lixos dos leitos e margens das ribeiras numa faixa aproximadamente de 3 metros para cada lado, incluindo desmatção seleccionada, nomeadamente de infestantes e plantas arbustivas que não permitem a leitura do curso de água.

Percursos Vicinais da Várzea da Ribeira da Carpinteira (1.284 ml) (Investimento Complementar) – Consiste na melhoria da pavimentação de caminhos rurais na várzea agrícola entre a linha do comboio e o TCT.

REESTRUTURAÇÃO VIÁRIA

Via a Montante da Ponte do Rato (3.200 m²) (Investimento Polis) – Liga a Ponte do Rato à zona a montante da ribeira da Goldra, aliviando o único acesso estreito a esta área da cidade que tem unidades fabris, um silo automóvel da Universidade da Beira Interior (UBI) e áreas residenciais. Esta via vai permitir o acesso ao silo-auto da Fonte Santa. As demolições que envolvem esta via vão permitir a libertação de um conjunto de património industrial de grande importância, proporcionando o correcto enquadramento das fábricas do século XIX e da maior chaminé de tijolo da cidade da Covilhã.

Via do Parque da Goldra (Investimento Polis) – Criação de uma via junto ao futuro Parque da Goldra, no enfiamento da Rua Conde da Ericeira, com cerca de 450 m de comprimento, com estacionamento lateral. Esta via permite a criação de um remate urbano das traseiras dos prédios da Calçada Alta, proporciona o acesso às escadas rolantes que ligam ao centro da cidade e ainda oferece espaço de

estacionamento automóvel quer ao longo da própria via, quer nos parques de estacionamento a construir no extremo poente desta via.

Via do Jardim da Carpinteira (60 ml) (Investimento Polis) – Acesso ao Jardim da Carpinteira.

Alargamento do Troço Inferior da Calçada das Poldras, e Acesso ao TCT e Ligação Calçada das Poldras/Bairro do Rodrigo (Investimento Polis) – A execução destas vias é fundamental para melhorar o extremamente deficitário relacionamento viário deste conjunto fabril à via industrial por excelência – o TCT (sobretudo para acesso de veículos pesados) e melhorar a acessibilidade à cidade, que actualmente se faz pela Calçada das Poldras, uma via excessivamente declivosa e apertada. A execução desta obra condiciona o êxito de outras operações de realocização industrial, com consequências na qualidade do ambiente e do espaço público junto às ribeiras.

Via e Ligação da Rua da Saudade / Rotunda do Rato (Investimento Polis) – Melhoramento da via que liga a Rotunda do Rato à Fábrica da Beira-Lã e seu prolongamento para poente, com a criação de uma via que contorne os edifícios da extrema montante do vale da ribeira da Goldra dentro da cidade e que vai ligar à Rua da Saudade. O seu traçado apoiar-se-á nos socalcos existentes, por forma a evitar um impacto negativo na paisagem deste vale. O arruamento destina-se a estabelecer a ligação com a parte alta da cidade, evitando o tráfego de atravessamento pelo centro.

Via do Jardim do Lago (400 ml) (Investimento Complementar) - Permite o acesso ao Jardim do Lago, contornando-o a nascente, junto à linha de caminho-de-ferro;

CRIAÇÃO DE ÁREAS DE PARQUEAMENTO AUTOMÓVEL

Silo da Fonte Santa (46 lugares) (Investimento Polis) - Novo estacionamento que aproveita parcialmente um edifício industrial abandonado, junto à Ponte do Rato.

Silo-Auto do Parque da Goldra (340 lugares) (Investimento Polis) – Este silo é consequência de uma opção estratégica fundamental para a cidade. Através da nova Via do Parque da Goldra possibilita-se uma penetração de veículos automóveis a partir de uma das ruas de entrada de maior fluxo da Covilhã. Os utentes são conduzidos posteriormente, por meios mecânicos (elevador e escadas mecânicas), ao nível do centro da cidade. O silo é integrado num edifício de oito pisos que rematará uma empena cega, no topo superior da Calçada Alta, conjugado com dois pisos sob o topo poente da via do Parque da Goldra.

Estacionamento sob a Via do Parque da Goldra (110 lugares) (Investimento Polis) – Localiza-se também sob a via do Parque da Goldra, mas no troço central. É construído do mesmo modo que o silo anterior, aproveitando o desnível entre o terreno existente e a cota a que vai ficar esta via.

No Jardim da Carpinteira (150 lugares) (Investimento Polis) – Criação de um parque de estacionamento de superfície no Jardim da Carpinteira de apoio aos equipamentos desportivos e recreativos localizados nas proximidades.

Estacionamento no Jardim do Lago (150 lugares) (Investimento Polis) – Possibilita o estacionamento ao longo da via do Jardim do Lago e em duas áreas localizadas nas extremas do Jardim.

Em Frente à Nova Penteação (14 lugares) (Investimento Complementar) – Pretende-se o alargamento da via junto à Ponte do Alçada, e criação de estacionamento longitudinal de ambos os lados, procurando inclusive alterar a imagem desta estrada para a de rua, com a consequente diminuição da velocidade de circulação nesta área de reduzida visibilidade.

PONTES PEDONAIS E PERCURSOS PEDONAIS

Trata-se da criação de pontes para peões e bicicletas, de ligação entre bairros de cota semelhante dos dois lados do vale, reduzindo significativamente a distância e as diferenças de nível a vencer nas actuais estradas e caminhos. Estas pontes prolongam percursos pedonais existentes no casco urbano.

Na ribeira da Goldra estão previstas duas pontes (Investimento Polis):

- a de Cima, com cerca de 115 metros, liga o futuro silo-auto do Parque da Goldra, no topo superior da Calçada Alta, mas a uma cota inferior (613), à EN 230, com futura ligação por escadaria à área da Reitoria e das residências universitárias. Esta ligação será muito importante para quem quer aceder dos bairros de sul à zona alta da cidade, já que está entrosada com os meios mecânicos integrados aqui no Programa Polis;
- a de Baixo, com cerca de 125 metros de vão, liga a zona do Biribau, perto da zona da passagem para a Avenida 25 de Abril, com a EN 230, junto à confluência desta via com o acesso do Bairro da Palmatória.

Estão previstas três pontes na ribeira da Carpinteira (Investimento Polis):

- a da Nova Penteação, com cerca de 85 metros de vão, da parte superior do Bairro dos Penedos Altos para a EN 18, junto à Avenida Frei Heitor Pinto;

- a do Meio, com cerca de 270 metros, do Pavilhão Gimnodesportivo dos Penedos Altos ao cruzamento da EN 230 (prolongamento da Rua Marquês d'Ávila e Bolama) com a EN 501, que desce a sul da Nova Penteação;
- a de Baixo, com cerca de 190 metros, que vai da extrema inferior do Bairro dos Penedos Altos ao Bairro do Rodrigo.

Estas travessias serão, na sua maioria, rematadas no seu extremo por miradouros em “testas de ponte” onde se poderá prever a instalação de equipamento de restauração ou quiosques e constituirão pontos de referência dos percursos.

Escadas Mecânicas da Goldra de Acesso ao Centro da Cidade (Investimento Polis) – Três troços de desníveis significativos ligarão zonas de grande movimento:

- da nova via do Parque, à cota 615, à Calçada Alta à cota 628, para a Rua Marquês d'Ávila e Rua Bolama à cota 646, numa diagonal que encurtará muitos percursos a pé;
- da Rua Marquês d'Ávila à cota 643 até à zona do Mercado Municipal, à cota 672, já ao nível do centro da cidade.

Percursos de Atravessamento do Vale da Carpinteira (Investimento Polis) – Estão previstos dois outros percursos de relacionamento da cidade com os bairros a norte:

- o de montante consiste na melhoria dum percurso (506 ml) que se inicia abaixo das Piscinas Municipais na EN 230, à cota 590, desce para atravessar uma bonita ponte a jusante da antiga Fábrica António Estrela, e sobe para nascente, onde deverá agora efectuar um novo caminho que aproveita dois socalcos, para encontrar a extrema do Bairro do Rodrigo;
- está prevista ainda a melhoria de um percurso (403 ml) de atravessamento da Carpinteira, já existente, a cerca de 250 metros a montante da Ponte de Caminho-de-Ferro.

ENQUADRAMENTO E VALORIZAÇÃO PAISAGÍSTICA DE EDIFÍCIOS OU CONJUNTOS

Envolvente da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Investimento Polis) – Consiste na repavimentação do adro e envolvente da Igreja com materiais e estereotomia de acordo com a importância do elemento arquitectónico de valor patrimonial.

Canal Visual e Escadarias de Ligação do Mercado ao Parque da Goldra (Investimento Polis) – Criação de um tratamento apropriado à abertura deste espaço-canal da cidade que permite visualizar toda a paisagem para sul e garantir a instalação de escadarias e meios mecânicos de acesso ao coração da cidade.

Ações no Sentido de Estimular a Manutenção do Uso Agrícola dos Solos (10 explorações agrícolas) (Investimento Polis) – Consistem no melhoramento das condições locais de produção agrícola, possibilitando a mecanização da agricultura nos actuais socialcos, com a criação de rampas de acesso e montagem de pequenas instalações de apoio à agricultura. Implica a inscrição dos agricultores numa cooperativa que ficará ligada ao Museu da Cidade e Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental, e o compromisso de continuidade de uso agrícola e manutenção das estruturas por um período mínimo de 10 anos.

Enquadramento e Valorização Paisagística da Zona da Fábrica Beira-Lã (Investimento Polis) – A reconversão desta fábrica constitui uma acção importante para a recuperação da ribeira da Goldra, por se tratar, por um lado, de um foco de poluição, por outro, de um elemento dissonante na paisagem do vale em virtude da sua má qualidade arquitectónica e de volumetria. Por este facto, propõe-se a reconversão deste espaço por uma frente urbana que reabra o vale para montante, centrado numa praça sobre a ribeira, envolvida por edifícios de dois e quatro pisos, em banda, junto à encosta.

Enquadramento a Montante da Antiga Fábrica António Estrela (Investimento Polis) – Consiste no tratamento desta área para possibilitar o enquadramento da fábrica e a recuperação paisagística e urbana da envolvente da Ponte dos Costas.

Fábrica dos Cruzes para Enquadramento do Museu da Cidade (Investimento Polis) – Consiste na limpeza e instalação de iluminação decorativa nesta ruína de escala belíssima e grandes dimensões que encosta à ribeira da Carpinteira. Esta operação estará directamente relacionada com a instalação do Museu da Cidade na antiga Fábrica António Estrela, e permitirá destacar esteticamente um troço de enorme dimensão praticamente abandonado no coração desta ribeira.

Ponte do Comboio sobre o Vale da Ribeira da Carpinteira (Investimento Polis) – Está prevista a instalação de iluminação decorativa sobre este esbelto “pórtico” que se situa sobre a ribeira da Carpinteira.

DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS EXISTENTES

Tinturaria Francisco Mendes Alçada (Investimento Polis) – Demolição de partes pouco significativas nos dois edifícios da Tinturaria Mendes Alçada, a montante da Rotunda da Ponte do Rato, na margem direita da ribeira da Goldra.

Edifícios no Local da Rotunda da Ponte do Rato (Investimento Polis) – Conjunto de edifícios de pequena dimensão que é necessário demolir para implantar a Rotunda da Ponte do Rato.

Edifícios no Parque da Goldra e do Sítio do Biribau (Investimento Polis) - Conjunto de edifícios de pequena dimensão que é necessário demolir para implantar o conjunto das piscinas fluviais do Parque da Goldra.

Fábrica Fofinha (Investimento Polis) – Fábrica existente em laboração que se propõe relocalizar para implantar uma frente urbana ao longo da margem esquerda deste troço da ribeira, reabilitando e ligando as construções aqui existentes.

Fábrica Beira-Lã (Investimento Polis) – Fábrica existente em laboração que se propõe relocalizar para libertar a ribeira e o vale, e implantar um conjunto urbano de remate poente desta zona da cidade.

Edifícios a Jusante da Fábrica António Estrela (Investimento Polis) - Conjunto de edifícios, pavilhões e estruturas incompletas sem qualidade, a demolir para desafogar um grande troço da ribeira e instalar os jardins temáticos do Museu da Cidade.

Fábrica Alçada Rosa (Investimento Complementar) – Pequenos corpos de construção mais recente, que prejudicam a qualidade da arquitectura do corpo principal.

Fábrica Armando Martins (Investimento Complementar) – Ruína a demolir para alargar a via e permitir o estacionamento longitudinal dos dois lados desta via.

Fábrica Manuel Lourenço (Investimento Complementar) – Pequeno edifício fabril, de fraca qualidade e dimensão, junto a dois grandes edifícios fabris de arquitectura de grande qualidade.

Fábrica Campos Mello (corpo a sul) (Investimento Complementar) - Pequeno corpo mais recente construído à frente do alçado principal da fábrica, que esconde e reduz a qualidade da arquitectura do corpo principal.

REORDENAMENTO DA ESTRUTURA URBANA

Reabilitação de conjuntos habitacionais (Investimento Complementar) – Consiste na melhoria de algumas zonas habitacionais no interior ou junto a áreas de grande intervenção do Programa Polis. Estão detectadas as seguintes áreas:

- a jusante da UBI, na ribeira da Goldra;
- a montante da Fábrica dos Cruzes, na ribeira da Carpinteira;
- a montante da Fábrica Tavares e Pimentel, na ribeira da Carpinteira;
- a jusante da Fábrica Tavares e Pimentel, na ribeira da Carpinteira;

RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL PARA FINS CULTURAIS

Fábrica Manuel Conde (Antiga Fábrica António Estrela)

- **Para a instalação do Museu da Cidade (Investimento Complementar)**
- **Para a instalação do Centro de Monitorização / Interpretação Ambiental (Investimento Polis)**

Dada a localização estratégica no centro da área deste Programa no vale da Carpinteira, em situação de excelente qualidade paisagística e num edifício de qualidade arquitectónica significativa, preveu-se a recuperação deste edifício com um programa do maior significado para a cidade.

O Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental terá, por um lado, um objectivo pedagógico de divulgação dos valores ambientais existentes e, por outro lado, uma função mais técnica de monitorização de descritores ambientais.

RECUPERAÇÃO E REUTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS EXISTENTES

Conjunto Fabril Charro Pereira (Projectos) (Investimento Complementar) – A recuperação deste conjunto fabril é uma peça-chave para a reabilitação das duas ribeiras, já que poderá permitir a concentração das várias indústrias que se considera ser fundamental relocalizar. Situa-se próximo da zona industrial e do TCT permitindo evitar que os veículos pesados atravessem o centro da cidade. Assim, esta operação possibilitará a despoluição das ribeiras nos troços de uso público, e a sua concentração nesse local potenciará o recurso a soluções colectivas de tratamento de efluentes.

RELOCALIZAÇÃO DE INDÚSTRIAS

Antiga Fábrica António Estrela (Investimento Complementar) – Esta fábrica não poluente pode localizar-se em qualquer edifício industrial desocupado, mas para boa acessibilidade deverá estar mais próxima do TCT. A necessidade da sua deslocação deve-se à instalação neste conjunto fabril do futuro Museu da Cidade e de equipamentos que constam do Programa Polis, nomeadamente do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental.

5.2.4. INTERVENÇÕES EXECUTADAS OU EM CURSO

Na área abrangida pelo Programa Polis encontram-se em curso algumas intervenções de reabilitação urbanística e arquitectónica (Largo da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Praça da Biblioteca, Jardim Público, nova Biblioteca Municipal e Ecopontos).

Arranjo Urbanístico do Largo da Igreja de Nossa Senhora de Fátima

Obra já iniciada, localizada dentro da área de intervenção do Programa Polis (ribeira da Goldra), encontrando-se quase concluída, confrontando com o espaço de um dos projectos a implementar no âmbito do programa, a rotunda no cruzamento da Ponte do Rato.

Esta intervenção urbanística pretende valorizar o espaço envolvente da igreja, edificada no século XVIII. Trata-se da revitalização urbana de um espaço que passa pela recuperação dos espaços envolventes e pela criação de uma frente ampla e arborizada, resultando num espaço destinado aos momentos de lazer e repouso da população.

A obra é constituída por trabalhos de recuperação do muro de suporte existente em alvenaria de pedra, a construção de uma escadaria ampla de ligação do patamar intermédio ao patamar da porta da igreja, enquadrada com conjuntos de jogos de água iluminados, construção de uma fonte, constituição de uma área de estacionamento automóvel de apoio à igreja, calcetamento de toda a área envolvente à igreja, colocação de mobiliário urbano e iluminação.

Reabilitação do Jardim Público da Covilhã

Obra em fase de adjudicação localizada na área de intervenção do Programa Polis (ribeira da Carpinteira).

Com esta intervenção procurou-se dotar este espaço de características mais actuais, adequadas aos usos e costumes dos dias de hoje e que permitam uma manutenção mais facilitada por recurso a meios mecânicos.

A solução encontrada procurou, ao alterar o jardim, beneficiar a área verde de recreio. Para isso procurou o projectista aproveitar os principais elementos e equipamentos existentes, valorizando os seus aspectos mais positivos.

Reabilitação da Praça da Biblioteca – Largo de Infância 21

Obra localizada na área de intervenção do Programa Polis (ribeira da Carpinteira), já iniciada e em execução.

Com esta intervenção, e aproveitando a localização deste espaço no centro da cidade, procurou-se ampliar a área de uso pedonal, com uma maior visibilidade da praça enquanto espaço de encontro.

Criar uma área ampla para instalação de esplanadas, reordenar o trânsito e a zona de estacionamento automóvel e alterar a localização do fontanário existente de forma a ficar numa posição mais central em relação ao conjunto da praça.

Nova Biblioteca Municipal

Obra em fase de conclusão localizada na área de intervenção do Programa Polis (ribeira da Goldra).

Edifício de raiz, construído numa zona de expansão urbana da cidade da Covilhã dotada já de outros equipamentos de ensino, o que lhe confere características óptimas de funcionamento e lhe proporciona uma relação forte face aos potenciais utilizadores.

O projecto do edifício, ao dotá-lo de diversos tipos de espaços quer abertos quer autónomos com ligações entre si, procurou criar um espaço que permita um eficaz contacto e acesso aos meios disponíveis, possibilitando simultaneamente a realização de actividades e programas de índole cultural.

Jardim do Lago

Obra em fase de projecto localizada na área de intervenção do Programa Polis (ribeira da Goldra).

Ecopontos

Obras em fase de projecto localizadas dentro da área de intervenção do Programa Polis.

Trata-se da construção de um conjunto de pontos de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos.

Fora da zona de intervenção estão a decorrer projectos e obras que pela sua importância e relação com a intervenção são aqui mencionados (Silo-Auto no Pelourinho, PROCOM, Requalificação de pavimentos na Zona Histórica, Largo fronteiro à Igreja de Santa Maria, ETAR e Ecoteca).

Silo-Auto no Pelourinho e Reordenamento da Praça do Município

Obra não localizada na área de intervenção do Programa Polis, já iniciada e em execução.

PROCOM – na Rua Comendador Campos Mello

Obra não localizada na área de intervenção do Programa Polis, em fase de projecto.

Zona Histórica – Requalificação de Pavimentos em Calçada

Obra não localizada na área de intervenção do Programa Polis, já iniciada e em execução.

Esta intervenção consiste na requalificação do pavimento de um conjunto de arruamentos existentes na zona antiga da cidade, nomeadamente a Rua 6 de Setembro, localizada junto à Igreja de Santa Maria.

Com estas obras procura-se renovar o pavimento existente em calçada de granito, aproveitando para substituir infraestruturas existentes e que pela sua antiguidade se encontram degradadas, e dotar a área de outras inexistentes, e ainda aproveitar para enterrar algumas que se encontram suspensas ao longo das fachadas das casas.

Largo Fronteiro à Igreja de Santa Maria

Obra em fase de projecto não localizada na área de intervenção do Programa Polis.

ETAR da Várzea

Obra em fase de projecto não localizada na área de intervenção do Programa Polis.

A construção desta ETAR tem como objectivo receber e tratar todos os efluentes provenientes da área da cidade da Covilhã, nomeadamente do conjunto de emissários que serão construídos na área de intervenção do Programa Polis.

Ecoteca

Obra já concluída não localizada dentro da área de intervenção do Programa Polis.

Consistiu na adaptação de um edifício público existente para nele funcionar uma Ecoteca, localizado na Rua 1º de Dezembro, zona antiga da cidade, e correntemente designado por Casa dos Magistrados.

Com a recuperação efectuada procurou-se preservar a envolvente exterior do edifício, e constituir um conjunto de espaços destinados ao uso cultural (sala de exposições, centro de documentação, oficina, laboratório, arquivo, etc.). Foi adoptada uma solução de espaços amplos e articulados entre si, privilegiando o contacto com a via pública e a concentração dos espaços de maior utilização ao nível do piso térreo.

5.2.5. ACÇÕES MINIMIZADORAS DO IMPACTO DAS OBRAS

Neste capítulo são propostas acções que têm como objectivo minimizar o impacto dos trabalhos em curso ao longo do período em que decorrem as obras.

Assim, serão criadas acções dirigidas aos segmentos-alvo mais atingidos dos quais destacamos os seguintes:

População em geral

- Comerciantes / comércio tradicional, grupo-alvo atingido pela intervenção a efectuar na Covilhã.

No que diz respeito à população em geral, as acções a desenvolver têm objectivos específicos de sensibilização e informação sobre as várias fases da intervenção e podem contemplar o estabelecimento de trajectos alternativos tendo sempre como preocupação minimizar as alterações aos hábitos da população da Covilhã.

Neste contexto passamos a referir algumas das iniciativas que nos propomos tomar e que consideramos de extrema importância:

- A implementação de um Posto de Informação Polis;
- A edição de um boletim informativo, com periodicidade regular (a definir) que será distribuído como encarte num meio de comunicação social local e estará disponível no Posto de Informação;
- A criação de um *site* informativo e a instalação de quiosques multimédia localizados em pontos da cidade de grande circulação;
- A colocação e decoração de tapumes de obras que minimizem o ruído e o impacto visual inevitável em obras com esta dimensão.

Relativamente aos comerciantes / comércio tradicional, localizados em zonas de forte impacto, serão realizadas acções que de alguma forma compensem os incómodos causados pelas obras, tais como:

- Brigadas de limpeza Polis – constituição de equipas Polis que circulam junto do comércio tradicional que seja afectado pelas obras, limpando as montras dos estabelecimentos;
- Desenvolvimento de acções de animação que atraiam a população em geral, minimizando o impacto das obras nos comerciantes.

5.2.6. ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO

A mobilização da população no que diz respeito à sensibilização ambiental passa obviamente por acções de comunicação que promovam este conceito. Neste contexto é inevitável o envolvimento dos cidadãos da Covilhã participando nos projectos a desenvolver, bem como dos organismos locais que ajudarão a implementar com maior eficácia as referidas medidas.

Estas iniciativas passarão pela organização de actividades, de jogos e de percursos de carácter ambiental, através dos quais serão dados a conhecer ao público os aspectos mais marcantes da requalificação ambiental associada ao projecto. Neste âmbito destacamos as seguintes iniciativas:

- Passeios Polis – os passeios darão a conhecer a realidade da cidade e os projectos Polis, reforçando o mote da intervenção na Covilhã;
- Concursos escolas – destinam-se a incentivar as crianças e escolas a pensar no futuro da sua cidade. Trata-se de um concurso de trabalhos plásticos, composições e investigação sobre a cidade da Covilhã e as mutações que está a sofrer durante o decorrer dos trabalhos de intervenção.

O envolvimento dos professores e alunos das escolas mais próximas nestas iniciativas permitirá ainda o desenvolvimento conjunto de projectos de educação ambiental específicos centrados na experiência de requalificação operada na zona.

O futuro Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CEMIA), a executar no âmbito do Programa Polis, será um legado importante uma vez que reunirá e interpretará a informação resultante do acompanhamento ambiental das várias fases de desenvolvimento e implementação do projecto de requalificação ambiental. De extrema relevância será a vertente pedagógica deste projecto e a continuidade assegurada no período posterior à conclusão da intervenção.

O CEMIA servirá ainda de pólo dinamizador de iniciativas várias no domínio da sensibilização ambiental, como forma de procurar um maior envolvimento do público no projecto de requalificação ambiental a implementar.

5.2.7. PLANO DE TRANSFERÊNCIA PARA A AUTARQUIA

No decurso da intervenção do Programa Polis na Covilhã serão desenvolvidas diversas acções visando a transferência para a Autarquia da área intervencionada em condições que permitam assegurar no futuro a qualidade da respectiva gestão urbana.

Neste sentido, as bases cadastrais das infraestruturas serão constituídas de modo a viabilizar a sua gestão e integradas num sistema de informação.

Igualmente, com o mesmo objectivo, serão elaborados manuais de procedimentos relativos às várias tarefas a desenvolver no âmbito da manutenção e conservação dos sistemas (águas residuais e de abastecimento, redes eléctricas e de telecomunicações, iluminação pública, espaços verdes e redes de rega, mobiliário urbano, sinalética, equipamento e arte urbana), bem como no respeitante à limpeza urbana, nos quais será compilada a informação técnica necessária para assegurar a sua eficácia e bons índices de desempenho.

Também no domínio administrativo e urbanístico será constituída uma base de dados contendo toda a informação relevante que permita desenvolver e agilizar a gestão da área intervencionada.

Estas acções deverão estar implementadas, para entrega à Autarquia, à data de conclusão da intervenção.

5.3. AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS EFEITOS ESPERADOS DA INTERVENÇÃO

Como consequência directa e indirecta da intervenção Polis é expectável a melhoria da qualidade de vida urbana, sentida tanto nos domínios ambiental como sócio-económico.

Evolução de alguns indicadores:

Área Verde: acréscimo de 11 ha

Planos de Pormenor: 2

Pontes Pedonais: 5

Ecosistemas Auto-Regeneradores: 5

Percursos Pedonais / Cicloviarias: acréscimo de aproximadamente 3.000 ml

Estacionamento dissuasor (silo-auto): acréscimo de 496 lugares

Estacionamento dissuasor (à superfície): acréscimo de 300 lugares

Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental: 1

ETAR: 1

Ecocentro: 1

No domínio sócio-económico e do edificado, prevê-se a:

- Construção e valorização de equipamentos culturais e de lazer;
- Restrição do trânsito automóvel e desenvolvimento de mobilidades alternativas;
- Beneficiação e reconversão de edifícios habitacionais e industriais degradados.

6 ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO DA INTERVENÇÃO

No presente capítulo é apresentado o resumo da estimativa de investimento da intervenção elaborada com base nos seguintes critérios:

- Os honorários para a elaboração dos Planos de Pormenor;
- Os honorários previstos para a elaboração dos Projectos de Execução ainda a contratar foram, de um modo geral, calculados com base no valor estimado para as respectivas obras, através da aplicação das “Instruções para o Cálculo dos Honorários referentes aos Projectos de Obras Públicas” (Portaria de 72-02-07 e alterações posteriores), tendo em atenção as condições do mercado, considerando, por segurança, as obras classificadas na Categoria III;
- Os honorários correspondentes às acções de identificação, levantamento e caracterização cadastral, bem como os correspondentes à avaliação das parcelas a mobilizar na área de intervenção do Programa Polis;
- Os valores considerados para as expropriações / aquisições / indemnizações / realojamentos a efectuar são os que foram determinados pela Câmara Municipal da Covilhã;
- As estimativas dos valores das obras foram definidas tendo por base, por um lado, os orçamentos previsionais dos Estudos Preliminares já elaborados e, por outro lado, os custos globais médios verificados ultimamente em obras semelhantes.

Em qualquer dos casos, foi adicionalmente considerada uma margem de 10% de modo a reflectir, quer o grau de incerteza na orçamentação inerente a esta fase do processo, quer ainda a previsível actualização dos preços até à adjudicação das empreitadas;

- Os honorários correspondentes às prestações de serviços de fiscalização foram calculados aplicando uma percentagem indicativa de 3% aos valores das estimativas das respectivas obras, sem a margem adicional de 10% atrás mencionada;
- Previu-se uma verba global para permitir a implementação, por parte do Dono da Obra, de “Medidas Minimizadoras do Impacto das Obras”, obtida à custa da consideração de 1% do valor previsual das empreitadas a levar a cabo pelo Programa Polis;
- Incluiu-se em “Investimentos Complementares” as acções à partida não comparticipados pelo Programa Polis.

- As acções incluídas em “Outros Investimentos”, se bem que se pretenda e preveja que venham a decorrer em simultâneo e coordenadamente com as demais acções do Programa Polis, não são por este financiadas;
- As verbas previstas nas rubricas de Comunicação e Sensibilização destinam-se a suportar um programa específico de acções plurianual (a apresentar oportunamente à sociedade PolisCovilhã, S.A.) para o período compreendido entre a data da Apresentação Oficial do Programa Polis na Covilhã e a data da Conclusão da Intervenção (estas verbas serão geridas autonomamente, em moldes a definir pelo M.A.O.T. e pela Câmara Municipal da Covilhã);
- Ao valor global estimado para a Intervenção Polis da Covilhã acrescerá ainda o custo correspondente aos honorários da Gestão e Coordenação da Intervenção face à adjudicação que vier a ser efectuada em resultado de um “processo de concurso” que, para o efeito, irá ser desencadeado pela sociedade PolisCovilhã, S.A.

7 ENGENHARIA FINANCEIRA PROPOSTA / COORDENAÇÃO COM O QCA III

7.1. PRESSUPOSTOS DE BASE

A proposta de plano de financiamento para a Intervenção na Covilhã teve em consideração a metodologia definida sobre a matéria no quadro do Programa Polis, assumindo-se, no entanto, com carácter indicativo, carecendo, em articulação com o Gabinete Coordenador do Programa Polis, de aferição da viabilidade das fontes de financiamento e, em particular, das relativas a meios comunitários, e dos respectivos montantes financeiros apontados.

Na elaboração do Quadro de Financiamento da Operação consideraram-se os seguintes pressupostos:

- As acções de valorização ambiental e reestruturação urbana serão financiadas por financiamentos comunitários do actual Quadro Comunitário de Apoio (QCAIII), a mobilizar, preferencialmente, através do Programa Operacional do Ambiente e do Programa Operacional da Região Centro – Eixos 2 e 3 -, sendo a contrapartida nacional assegurada pela Câmara Municipal da Covilhã, pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, por autofinanciamento gerado por algumas das acções envolvidas (nomeadamente Parques de Estacionamento).
- Dado o elevado investimento necessário efectuar, a Câmara Municipal da Covilhã assume o compromisso de afectar ao Programa as receitas geradas pela promoção de novas áreas de expansão urbana, de áreas de estacionamento automóvel e de equipamento mecânicos integrados em percursos pedonais (estimadas em 1.144,4 mil contos) e de procurar os meios financeiros que lhe permitam garantir o financiamento de um montante de despesa de cerca de 928 mil contos, no âmbito dos “Investimentos Complementares”.
- Para os “Outros Investimentos Públicos”, previstos igualmente no âmbito da operação do Covilhã, considerou-se que o seu financiamento poderá envolver, também, a comparticipação da Administração Central e da Câmara Municipal da Covilhã e mesmo o contributo de fundos comunitários, mas exteriores ao Programa Polis, isto é, a canalizar por via dos Sectores a que respeitam os equipamentos colectivos aqui considerados.

7.2. O FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

A proposta de financiamento comunitário de cada uma das acções baseou-se na análise do conteúdo e objectivos dos diversos trabalhos envolvidos e da sua compatibilização com os objectivos das medidas

dos instrumentos de financiamento em causa - Programa Operacional do Ambiente e Programa Operacional da Região de Centro.

7.2.1. NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO AMBIENTE

Foram consideradas como passíveis de comparticipação comunitária via Programa Operacional do Ambiente:

- As acções relativas ao “Tratamento das ribeiras da Goldra e da Carpinteira”, aos “Parques Lineares” e aos “Parques e Jardins”, pelo seu contributo para a recuperação de áreas degradadas, traduzindo o acréscimo em áreas verdes urbanas de recreio e lazer.
- A “gestão” da Intervenção, enquanto assistência técnica integrada da operação global a realizar na Covilhã, visando assegurar a prossecução desta Operação no espírito do Programa Polis, ou seja, contribuir para a consolidação do Sistema Urbano Nacional e para o reforço do papel mobilizador das cidades nas regiões em que se inserem.

7.2.2. NO CONTEXTO DO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO – EIXO PRIORITÁRIO 2

- As acções de reformulação dos sistemas viário e pedonal da cidade, envolvendo a criação de formas de acessibilidade alternativa através da “reestruturação viária” de diversos eixos, da execução de “pontes e percursos pedonais”, que aproximem os bairros periféricos do centro da cidade, da construção de “meios mecânicos” que vençam os grandes desníveis a partir da entrada na cidade, e ainda, da construção de “áreas de estacionamento automóvel”, pelos efeitos que implicarão na criação de espaço de fruição pedonal.
- Também as acções de “enquadramento e valorização paisagística de edifícios e conjuntos”, nomeadamente de pequenos conjuntos edificados e elementos de excepcional interesse – pontes do caminho-de-ferro e ruínas de carácter monumental, pelo contributo que terão na preservação e valorização do património da cidade e na promoção da qualidade visual do espaço público urbano.

- Também a “Gestão” da Intervenção, enquanto coordenação da operação de qualificação ambiental e urbanística do sistema territorial em que a cidade se insere e o seu contributo para a promoção das condições de um ordenamento equilibrado e sustentável do território regional.

7.2.3. NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO – EIXO PRIORITÁRIO 3

Enquadraram-se no Programa Operacional da Região Centro – Eixo Prioritário 3 os estudos de base – “Planos / Estudos / Levantamentos” necessários ao desenvolvimento das diversas actividades, bem como:

- As acções referentes ao “Centro de Monitorização Ambiental”, à “Sinalética, Mobiliário e Equipamento Urbano” e à “Comunicação e Sensibilização” pela sua natureza e efeitos do ponto de vista da demonstração e sensibilização ambiental.
- Tal como nas duas anteriores linhas de financiamento, também se considerou neste âmbito a parcela correspondente da “gestão” da Intervenção da Cidade.

7.3. O PLANO DE FINANCIAMENTO GLOBAL DA INTERVENÇÃO

O investimento total associado à Intervenção de valorização ambiental e reestruturação urbana do Covilhã, prevê-se na ordem dos 8,6 milhões de contos, sendo a cobertura financeira do mesmo assegurada por meios nacionais – 4,9 milhões de contos – e por fundos comunitários – 3,7 milhões de contos.

Os valores do financiamento apontado têm a seguinte decomposição ao nível de cada uma das fontes de financiamento consideradas:

	(valores em mil contos)
Investimento Total da Intervenção	8.608,7
Financiamento Nacional	4.933,6
Câmara Municipal da Covilhã	569,9
Ministério do Ambiente e Ordenamento. do Território	854,9
Autofinanciamento	1.144,5
Financiamento de Terceiros	2.364,3
Financiamento Comunitário	3.675,1
P.O.A. - Nacional	1.715,9
P-O-R.LVT – Eixo 2.	1.713,6
P-O-R.LVT – Eixo 3.	245,6

Tendo em conta o significativo peso do financiamento comunitário, bem como toda a questão processual relacionada com o recurso a estes fundos, torna-se absolutamente necessário acautelar o comprometimento dos mesmos no sentido de viabilizar a Intervenção definida para a Covilhã.

8 PLANEAMENTO FÍSICO PREVISIONAL DA INTERVENÇÃO

O cronograma apresentado foi elaborado com base nos seguintes critérios:

- Todas as adjudicações/contratações de empreitadas foram previstas de acordo com o Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas (Decreto Lei 59/99 de 2 de Março);
- Embora necessite de ser objecto de um melhor equacionamento em fases posteriores, procurou-se na medida do possível já nesta fase, fazer reflectir algumas compatibilizações nos “timings” de execução das várias obras com o objectivo de reduzir, tanto quanto possível, o seu impacto simultâneo.

Na fase inicial serão realizados os levantamentos e estudos de caracterização necessários, procedendo-se, simultaneamente, à contratação e início do desenvolvimento do Plano de Pormenor, seguindo-se a elaboração dos projectos e a adjudicação e execução das respectivas obras.

Como metas intermédias significativas destacam-se as seguintes:

- | | |
|-------------------------------------|---------------|
| • Instrumentos de planeamento | Maio 2002 |
| • Jardim do Lago | Novembro 2003 |
| • Intervenções nas ribeiras | Março 2004 |
| • Reestruturação viária | Março 2004 |
| • Áreas de estacionamento automóvel | Outubro 2004 |
| • Pontes pedonais | Abril 2005 |

Os trabalhos no âmbito do Programa POLIS têm a sua conclusão prevista para Agosto de 2005, sendo que as intervenções complementares relativas aos Outros Investimentos e Públicos e/ou Privados terminem previsionalmente em Agosto de 2004.